

# ALPARGATAS S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 61.079.117/0001-05  
NIRE 35 3000 25 270  
www.alpargatas.com.br



# ALPARGATAS



havaianas

OSKLEN

Topper

RAINHA

MIZUNO

Timberland

dupé

LEGO

MEGASHOP  
OUTLET

flopes

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

Prezados acionistas,

A aspiração da Alpargatas é ser uma empresa global de marcas desejadas - alicerçada da estratégia que, há doze anos, é a mesma e está dando certo. Em seus 108 anos de história o maior aprendizado foi o desenvolvimento de marcas - competência tão bem dominada que levará a Alpargatas ao grupo das cinco maiores empresas do mundo nos segmentos em que atua. O ano de 2014 foi mais complexo para os negócios e o mérito da Alpargatas foi alcançar receita líquida consolidada de R\$ 3,7 bilhões, alta de 8,3% (ou 13,7% excluindo-se o efeito cambial) na comparação com 2013. Outro destaque foi o avanço nas operações internacionais, que apresentaram aumento significativo de receita e lucratividade em relação a 2013, indicando evolução de acordo com as expectativas na aplicação da estratégia de internacionalização.

Na Alpargatas Argentina, a reestruturação envolveu todas as áreas. O portfólio de calçados foi otimizado e os canais de distribuição foram ampliados, assim como os investimentos na comunicação de Topper e no patrocínio esportivo, o que resultou no crescimento da receita líquida. Foram reduzidos os custos de produção, renovado o maquinário têxtil, adequada a mão de obra direta, além de promovidos cortes de despesas, obtendo crescimentos expressivos do EBITDA (sigla em inglês para o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e da margem.

A cada ano, Havaianas torna-se mais conhecida e desejada pelos consumidores estrangeiros, impulsionando as vendas e a lucratividade dos Negócios Internacionais de Sandálias. Nos Estados Unidos e na Europa foi registrado aumento de três pontos percentuais relacionado ao conhecimento espontâneo da marca conforme pesquisa *brand tracking* realizada pela Millward Brown no terceiro trimestre de 2014. Esse resultado deve-se a várias ações, das quais se destacaram em 2014:

- Campanhas e ações contínuas de marketing.
- Expansão do varejo exclusivo.
- Crescimento das vendas para os *key accounts* nos Estados Unidos e na Europa.
- Operação direta em cinco novos países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Holanda e Luxemburgo.
- Parcerias com marcas renomadas, como Mara Hoffman e Valentino.

No Brasil, os fatos que marcaram os negócios em 2014 foram:

- Ganho de participação no mercado de sandálias, advindo da força de Havaianas e do aumento do volume de vendas com a maior capacidade de produção da fábrica de Montes Claros.
- Estreia de Havaianas no segmento de vestuário, cuja primeira coleção, com cerca de 500 modelos, foi muito bem aceita pelos consumidores brasileiros com vendas acima do planejado.
- Expansão das lojas Havaianas, que somaram 389 unidades no fim do ano, localizadas nas principais cidades brasileiras, como parte da estratégia de tornar o varejo um negócio que agregue mais valor às operações.
- Preparação para incorporação (ocorrida, de fato, em fevereiro de 2015) da Companhia Brasileira de Sandálias (CBS), detentora da marca Dupé, que trará diminuição de custos e uma administração mais eficiente, com a integração de sistemas e processos.
- Conclusão da aquisição do controle da Osklen, referência no mercado de moda *lifestyle* de luxo. A marca se prepara para consolidar-se no Brasil e iniciar a expansão internacional.
- Renovação da licença de Mizuno por 13 mais 13 anos. Com isso, a marca assegura a continuidade da conquista de *market share* no segmento *running performance* no Brasil e a expansão das vendas de produtos para outros mercados latino-americanos.
- Comemoração dos 80 anos de Rainha, marca brasileira mais tradicional de artigos esportivos.
- Início, em dezembro, do *Value Improvement Programme* (VIP), com foco na redução de custos e no ganho de produtividade fabril já a partir de 2015.
- Desinvestimento na Tavex.

O modelo de negócios da Alpargatas tem proporcionado consistente geração operacional de caixa, que foi de R\$ 194,1 milhões em 2014, mesmo com os altos investimentos em Capex, resultando em um saldo de caixa de R\$ 485,6 milhões ao final do exercício.

Em um ano em que o ambiente de negócios foi mais adverso que o de 2013, o foco em gestão de marcas, a inovação de produtos, a eficácia na distribuição e comunicação e a estratégia comercial foram elementos fundamentais para o desempenho da Alpargatas.

Os números do desempenho financeiro consolidado da Alpargatas apresentados a seguir incluem os do quarto trimestre da empresa Osklen, cujo controle acionário foi adquirido pela Alpargatas em 28/11/2014.

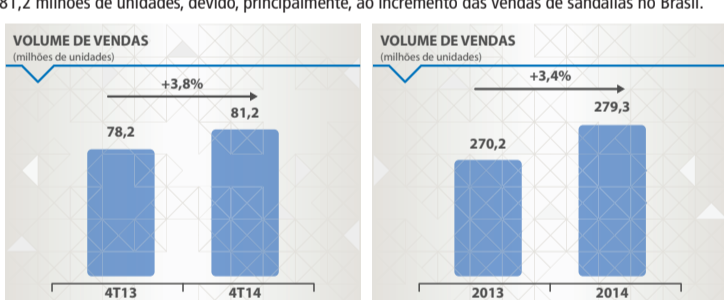
### DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

#### VOLUME DE VENDAS

Em 2014, foram comercializadas 279,3 milhões de unidades de calçados, vestuário e acessórios nos mercados interno e externo, quantidade 3,4% superior à de 2013, decorrente dos seguintes aumentos dos volumes de vendas:

- 3,5%, em sandálias Havaianas e Dupé no Brasil;
- 10,2%, em calçados esportivos na Argentina; e
- 3,8%, nos Negócios Internacionais de Sandálias.

No quarto trimestre de 2014 o volume cresceu 3,8% em relação ao mesmo período de 2013, somando 81,2 milhões de unidades, devido, principalmente, ao incremento das vendas de sandálias no Brasil.



#### RECEITA LÍQUIDA

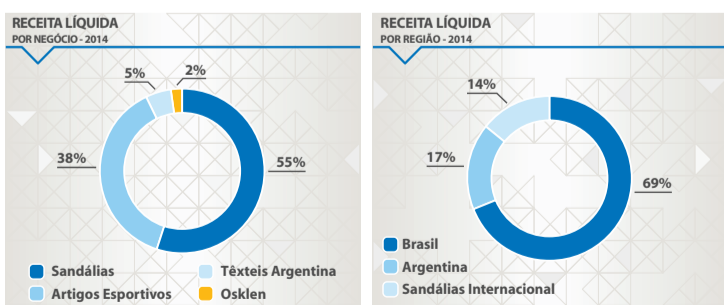
Em 2014, a receita líquida acumulou R\$ 3.711,2 milhões, alta de 8,3% na comparação com 2013. Excluindo-se todo o efeito cambial, o crescimento foi de 13,7%. O desempenho reflete os aumentos registrados nas seguintes receitas anuais:

- Negócios nacionais: 6,1% em reais;
- Alpargatas Argentina: 45,8% em pesos;
- Alpargatas Europa: 22,2% em euros; e
- Alpargatas EUA: 17,3% em dólares.

No quarto trimestre, a receita líquida consolidada alcançou R\$ 1.060,0 milhão, alta de 9,9% na comparação com o 4T13. Contribuíram para esse desempenho os aumentos de 10,0%, 12,9% e 1,6% nas receitas do Brasil, da Alpargatas Argentina e dos negócios internacionais de sandálias, no 4T14, respectivamente.



Em um ano em que os brasileiros foram mais cautelosos em relação aos gastos com bens de consumo, o crescimento do faturamento da Alpargatas se destaca. Além dos volumes de vendas maiores no Brasil e no exterior, e da eficácia na administração da política comercial e gestão das vendas, a empresa vendeu mais porque tem marcas que lideram/dominam seus mercados, têm ampla distribuição e oferecem aos consumidores produtos inovadores em *design* e tecnologia a preços compatíveis com todos os níveis de renda.

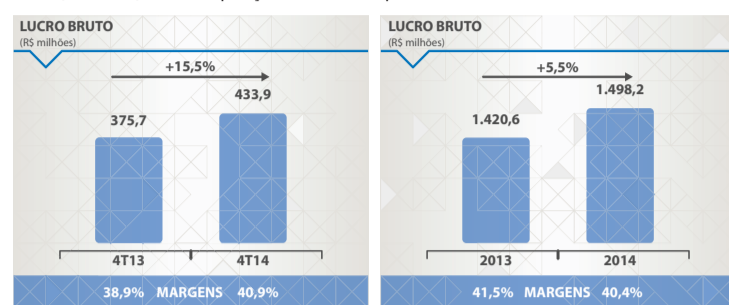


O varejo é uma importante via de crescimento de receita e rentabilidade para a Alpargatas. As lojas exclusivas proporcionam uma experiência única de marca aos consumidores porque apenas nesses espaços eles encontram toda a variedade de produtos. No encerramento de 2014, 644 unidades estavam em operação no Brasil e no exterior.

Marca	Brasil	Exterior	Total de Lojas
Havaianas	389	102	491
Osklen	80	7	87
Topper	-	11	11
Timberland	18	-	18
Megashop/Outlet Alpargatas	21	16	37
<b>Total de lojas no mundo</b>	<b>508</b>	<b>136</b>	<b>644</b>

#### LUCRO E MARGEM BRUTA

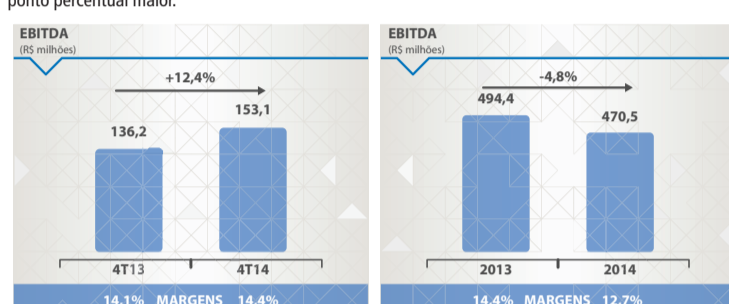
O lucro bruto somou R\$ 1.498,2 milhões em 2014, valor 5,5% maior que o de 2013 em decorrência dos aumentos de 36,6% e de 28,4% ocorridos, respectivamente, na lucratividade bruta da Alpargatas Argentina e dos negócios internacionais de sandálias. O lucro bruto do quarto trimestre, de R\$ 433,9 milhões, saltou 15,5% na comparação com o mesmo período de 2013.



A margem bruta, de 40,4%, foi 1,1 ponto percentual inferior a de 2013. A do quarto trimestre, de 40,9%, foi maior em 2,0 pontos percentuais em relação ao quarto trimestre de 2013. O principal fator que explica a variação da margem bruta anual é o impacto da variação cambial no custo, em reais, dos produtos acabados importados e das matérias-primas *commodities* sem o repasse integral aos preços de venda.

#### EBITDA

Em 2014, o EBITDA somou R\$ 470,5 milhões, montante equivalente a 95,2% do alcançado em 2013. A margem, de 12,7%, foi 1,7 ponto percentual menor. Do EBITDA de 2014, R\$ 153,1 milhões foram gerados no quarto trimestre, valor 12,4% superior ao do mesmo trimestre de 2013. A margem, de 14,4%, foi 0,3 ponto percentual maior.



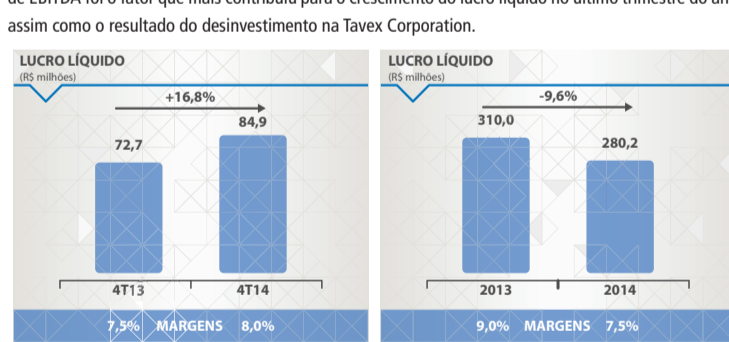
Os fatores que explicam a variação anual do EBITDA são: (a) o crescimento do lucro bruto, alcançado pela alta dos lucros brutos da Alpargatas Argentina e dos Negócios Internacionais de Sandálias; (b) o acréscimo das despesas operacionais estratégicas, necessário para suportar a expansão dos negócios no Brasil e no exterior; (c) o aumento do custo dos produtos acabados importados para o Brasil, devido à variação cambial; (d) a alta do custo das matérias-primas *commodities* (borracha e algodão). Para o cálculo do EBITDA ajustado, a Companhia exclui o resultado operacional da equivalência patrimonial das empresas coligadas, as provisões não operacionais e os gastos com investimentos estratégicos não recorrentes, por serem itens cuja natureza não interfere na geração potencial de caixa de suas operações. A seguir está demonstrado o cálculo do EBITDA conforme Instrução CVM 527.

	4T13	4T14	2013	2014
<b>Lucro líquido do acionista controlador</b>	<b>72,7</b>	<b>84,9</b>	<b>310,0</b>	<b>280,2</b>
(+) Lucro líquido do acionista minoritário	-	6,3	-	6,3
<b>Lucro líquido consolidado do exercício</b>	<b>72,7</b>	<b>91,2</b>	<b>310,0</b>	<b>286,5</b>
(+) I.R. e contribuição social	6,3	10,8	37,7	15,8
(-) Resultado financeiro	8,7	7,4	(22,0)	22,7
(+) Depreciação e amortização	18,1	23,1	66,5	77,6
(+) Resultado financeiro, impostos e depreciação da equivalência patrimonial de empresas coligadas	17,5	-	43,7	41,9
(=) <b>EBITDA conforme Instrução CVM 527</b>	<b>123,3</b>	<b>132,5</b>	<b>435,9</b>	<b>444,5</b>
(+/-) Resultado operacional da equivalência patrimonial de empresas coligadas	0,8	-	(16,6)	(22,4)
(+) Provisões não-operacionais	4,6	0,7	17,4	11,5
(+) Itens não-recorrentes: investimentos estratégicos	5,4	17,2	12,8	32,6
(+) Hedge	2,1	2,7	44,9	4,3
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>136,2</b>	<b>153,1</b>	<b>494,4</b>	<b>470,5</b>

O EBITDA não deve ser considerado uma alternativa ao lucro líquido, na qualidade de indicador do desempenho operacional, ou ao fluxo de caixa, na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado, e seu cálculo, na Alpargatas, pode não ser comparável ao de outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça uma medida do fluxo de caixa, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional da sociedade.

#### LUCRO LÍQUIDO

Em 2014, a Alpargatas acumulou lucro líquido de R\$ 280,2 milhões, montante 9,6% menor que o de 2013, com margem líquida de 7,5%. No quarto trimestre, o lucro líquido somou R\$ 84,9 milhões, montante 16,8% superior ao do período equivalente de 2013, e a margem atingiu 8,0%. A maior geração de EBITDA foi o fator que mais contribuiu para o crescimento do lucro líquido no último trimestre do ano, assim como o resultado do desinvestimento na Tavex Corporation.



#### CICLO DE CONVERSÃO DE CAIXA (CCC)

O CCC médio do ano foi de 58 dias, redução de 4 dias em relação ao CCC médio de 2013, em razão, principalmente do forte controle dos estoques e da manutenção dos dias de clientes, em um ano complexo.

#### CAIXA

Em 31/12/2014, a Alpargatas apresentava saldo de caixa de R\$ 485,6 milhões ante R\$ 814,4 milhões na mesma data do ano anterior. A geração operacional totalizou R\$ 194,1 milhões. O maior impacto positivo no caixa em 12 meses deveu-se ao EBITDA, que acumulou R\$ 470,5 milhões. Os desembolsos mais significativos foram: (a) R\$ 138,3 milhões em capital de giro para apoiar a evolução dos negócios; (b) R\$ 138,1 milhões em Capex; (c) R\$ 103,0 milhões com captação/amortização de dívidas; (d) R\$ 251,7 milhões com o pagamento da aquisição de participação acionária na Osklen; e (e) R\$ 116,5 milhões com remuneração dos acionistas.

#### ENDIVIDAMENTO

Em 31/12/2014, o endividamento financeiro consolidado da Alpargatas somava R\$ 514,0 milhões, sendo R\$ 446,4 milhões denominados em reais e R\$ 67,6 milhões em moeda estrangeira, com o seguinte perfil:

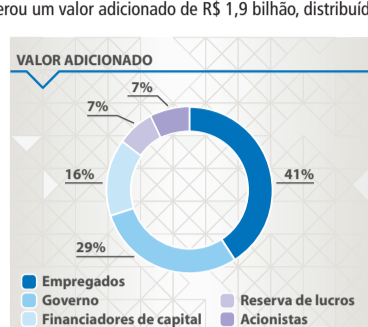
- R\$ 295,9 milhões (57,6% do total) com vencimento em curto prazo, sendo R\$ 229,5 milhões em moeda nacional. A dívida de curto prazo em moeda estrangeira equivale a R\$ 66,4 milhões e financia o capital de giro das subsidiárias no exterior.
- R\$ 218,1 milhões (42,4% do total) com vencimento em longo prazo, sendo R\$ 216,8 milhões em moeda nacional e R\$ 1,3 milhão em moeda estrangeira.

#### MERCADO DE CAPITAIS E REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

O ano de 2014 foi de forte volatilidade no mercado acionário brasileiro, marcado por altas taxas de inflação, de juros e de câmbio e pela retração do consumo nas principais metrópoles nacionais. Em 31/12/2014, as ações preferenciais (ALPA4) estavam cotadas a R\$ 7,25, e as ações ordinárias (ALPA3), a R\$ 6,70, valores 46,1% e 43,3% menores, respectivamente, que os de 31/12/2013. De janeiro a dezembro, o Ibovespa desvalorizou 2,9%. No encerramento do ano, o valor da Alpargatas na BM&FBOvespa era de R\$ 3,2 bilhões. O volume médio diário de negociação da ALPA4 em 2014 foi de R\$ 5,7 milhões, 1,3% superior à média diária negociada em 2013. No ano, foram pagos R\$ 84,3 milhões na forma de juros sobre o capital próprio. Adicionalmente, o Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 06/03/2015, o pagamento adicional de R\$ 147,1 milhões de dividendos em 28/04/2015. Dessa forma, o valor total da remuneração dos acionistas da Alpargatas, referente ao exercício de 2014, soma R\$ 231,4 milhões, o que representa 82,5% do lucro líquido acumulado no ano.

#### VALOR ADICIONADO

Em 2014, a Alpargatas gerou um valor adicionado de R\$ 1,9 bilhão, distribuído da seguinte forma:



#### RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Alpargatas investe no equilíbrio das três dimensões de seu negócio - econômica, social e ambiental - por entender que essa é a maneira de crescer de forma sustentável e influenciar positivamente as futuras gerações, além de promover a inclusão social e a qualidade de vida das comunidades onde está presente. Os investimentos de 2014 em capacitação, desenvolvimento e educação contribuíram para melhorar ainda mais o desempenho dos empregados. Foram ministradas 15.613 horas de treinamento na sede e nas fábricas - iniciativas que proporcionaram o desenvolvimento de sucessores e profissionais de diversas áreas, preparando-as para assumirem posições cada vez mais desafiadoras. Outro compromisso da Empresa é agregar valor por meio de ações que contribuam para o desenvolvimento ambiental e a conservação da biodiversidade. Nesse contexto, promove maior conhecimento, conscientização e ativação de modelos sustentáveis. Exemplos são as parcerias de Havaianas com o Instituto IPÊ e com a Conservação Internacional (CI). As sandálias com estampas dessas instituições têm 7% do valor de venda revertida para beneficiar pesquisas para a preservação da fauna e a flora brasileiras (IPÊ) e a preservação do oceano (CI) na região de Abrolhos, Bahia.

A maneira de agir e primar por uma imagem de confiança entre empregados, clientes, fornecedores e outros públicos de relacionamento é um valor fundamental para a companhia. Nesse sentido, a geração de negócios é edificada com base na disseminação da Missão, da Visão corporativa e dos princípios de conduta e ética. A importância ao tema levou à criação do canal de comunicação AlpaEscuta, 100% confidencial e exclusivo para o público interno. Os profissionais podem contribuir com informações, acompanhar o desenrolar dos casos e receber uma resposta final.

#### Comunidades em foco

Em 2014, o Instituto Alpargatas (IA), braço de responsabilidade social da companhia, celebrou mais um ano de resultados expressivos. Suas iniciativas educacionais e esportivas beneficiaram mais de 600 mil crianças, adolescentes e jovens, de 7 a 29 anos, que tiveram a oportunidade de evoluir em sua formação educacional graças aos programas Topper de Educação pelo Esporte, Educação pela Cultura e Voluntariado Empresarial. Foram 308 escolas atendidas pelo Instituto em nove cidades da Paraíba, e outras duas em Pernambuco e Minas Gerais. Foram investidos cerca de R\$ 3,1 milhões nas ações, que incluem capacitações dos professores de Educação Física, mostras culturais, reformas de escolas e construção e manutenção de espaços esportivos, além de doações de materiais didático-pedagógicos e esportivos.

Para reconhecer o empenho das pessoas envolvidas, o Instituto também promove o Prêmio Topper de Educação, nas categorias:

- Aluno Nota 10: jovens talentos que se destacam por desempenho, frequência e disciplina;
- Professor Nota 10: práticas inovadoras e de qualidade, planejadas e executadas por professores de Educação Física, que contribuem para o sucesso da aprendizagem dos alunos; e
- Gestão Nota 10: iniciativas que proporcionam o sucesso da aprendizagem de alunos de instituições de ensino atendidas pelo programa.

Em 2014, foram premiados 3.080 alunos, dez dos 70 projetos inscritos por professores e dez dos 74 por gestores escolares. Além de indicadores próprios, o IA adota referências nacionais para avaliar seus resultados, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Entre as conquistas, a organização constatou que algumas escolas beneficiadas por seu trabalho alcançaram com antecedência as metas estipuladas pelo IDEB e pelo MEC ou foram destaque em seus respectivos estados.

#### Preservação ambiental

A Alpargatas opera com foco na prevenção de danos ambientais e à saúde, o que reflete em melhorias contínuas em seus processos produtivos, de forma a intensificar a qualidade de vida dos seus empregados, das comunidades e das gerações futuras.

Para fazer jus a esse entendimento, foram investidos R\$ 7,4 milhões em 2014 na adoção, continuidade e ampliação de iniciativas nas áreas de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente.

#### SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a Alpargatas S.A. informa que, em 2014, contratou, além da auditoria das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e das suas empresas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os seguintes serviços da Ernst & Young Auditores Independentes S.S.:

- Revisão sobre preço de transferência;
- Reestruturação internacional - análise de jurisdições; e
- Revisão de qualidade dos arquivos de escrituração fiscal digital.

Para esses serviços foram cobrados honorários no montante de, aproximadamente, R\$ 231,0 mil em 2014. A prestação desses serviços não representa conflitos de interesse, pois são permitidos pelo órgão regulador e, consequentemente, não afetaram a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria.

#### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

De acordo com o artigo 25, parágrafo 1º, item 5 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as informações contábeis do exercício de 2014 da Alpargatas S.A. e com o relatório de revisão dos auditores independentes.

#### PERSPECTIVA

A Alpargatas inicia um novo exercício segura de possuir bases sólidas para continuar sua trajetória de crescimento em um período de forte ajuste na economia brasileira, o que exigirá de sua liderança o foco no crescimento da receita líquida, fortalecimento do controle das despesas operacionais, aumento da produtividade em custos e, acima de tudo, prioridade na geração de caixa.

Em Sandálias, os principais desafios serão aumentar a liderança de Havaianas no mercado doméstico, por meio da aceleração da conquista de participação de mercado; evoluir na estratégia de extensão da marca para outras categorias de produtos, a exemplo do vestuário *lifestyle*, e impulsionar a expansão internacional. O varejo Havaianas continuará a crescer com a abertura de lojas no Brasil e exterior, como parte do trabalho de conferir mais visibilidade à linha completa de produtos e categorias e com isso crescer a representatividade de artigos "não sandálias". O incremento da capacidade de produção da fábrica de Montes Claros permitirá atender mais rapidamente à crescente demanda por Havaianas no Brasil e no exterior, principalmente na Ásia, região que deverá ter um escritório inaugurado em 2015.

O crescimento de Artigos Esportivos está apoiado no avanço de Mizuno e Topper, como marcas regionais, e de Rainha e Timberland, no Brasil. Após ter implementado um modelo de parceria sustentável no longo prazo com a Mizuno Co., a Mizuno dará continuidade aos trabalhos que visam tornar mais forte sua liderança no segmento *running performance* e sua atuação em outras categorias. Para isso, buscará aumentar o "*brand equity*" entre corredores por meio de maior investimento em marketing: de patrocínio de atletas, clubes e eventos; da implementação de um modelo de varejo e da ampliação da produção de calçados no Brasil. Topper fortalecerá sua identidade de marca esportiva latino-americana em segmentos-chave, como futebol, *running* e tênis, por meio da maior oferta de produtos para esses esportes, além de buscar adequação dos pontos de venda com foco na comunicação dos produtos e desenvolvimento de distribuidores em outros países da América do Sul. Também incrementará a linha de calçados casuais de forma a aumentar o valor percebido e aspiracional da marca. Irá ainda impulsionar o crescimento dos negócios com vestuário, acessórios e bolas. Rainha, por meio do investimento nos pontos de venda, em mídia e em relações esportivas, se fortalecerá no mercado de calçados *running active*, casual e *training*. Já Timberland, além de buscar maior crescimento e rentabilidade, terá o papel de atuar como plataforma para novas marcas no Brasil.

Para a Osklen, a atenção em 2015 estará voltada à captura de sinergias transacionais (atividades de *back-office*), operacionais (produção) e comerciais (distribuição para clientes das atuais marcas), além da preparação para a expansão internacional, que ocorrerá com mais força a partir de 2016.

A otimização do *footprint* fabril, por meio do programa *Value Improvement Programme* (VIP) e a revisão do modelo logístico tornarão mais competitivas as operações e melhorarão ainda mais a produtividade, traduzindo-se em maior rentabilidade. O custo das matérias-primas *commodities*, em especial a borracha, deverá apresentar volatilidade menor em 2015, situando-se em nível mais baixo que a média de 2014. A Alpargatas continuará a ser ágil, sempre atenta a oportunidades que impulsionem seus negócios. O propósito é crescer e fortalecer a empresa que todos conhecem: inovadora, admirada, respeitada e que se preocupa com a qualidade de vida das pessoas, respeita o meio ambiente e mantém os princípios de sustentabilidade.

São Paulo, 06 de março de 2015

Conselho de Administração

# ALPARGATAS S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 61.079.117/0001-05  
NIRE 35 3000 25 270  
www.alpargatas.com.br



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2014

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013			2014	2013		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	193.901	90.446	316.610	134.682	Fornecedores	16	276.650	303.774	396.898	384.055
Aplicações financeiras	8	144.505	635.467	169.012	679.718	Empréstimos e financiamentos	17	184.604	111.609	295.931	275.311
Contas a receber de clientes	9	762.185	705.629	914.957	801.554	Partes Relacionadas	21	13.075	-	-	-
Estoque	10	304.055	265.234	595.233	467.528	Obrigações renovadas de controladas	18	-	-	9.106	10.942
Impostos a recuperar	11	38.780	37.146	68.340	58.184	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		90.440	84.038	150.873	127.176
Despesas antecipadas		4.302	5.037	12.546	10.765	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	5.654	4.201	10.819	6.755
Ganhos não realizados em operações com derivativos	35.c)	6.776	11.860	6.776	11.860	Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	21	2.074	2.135	2.074	2.135
Outros créditos		14.207	27.105	39.809	19.939	Obrigações tributárias	19	17.339	17.165	41.128	25.269
Ativos mantidos para venda		-	-	15.572	29	Perdas não realizadas em operações com derivativos	35.c)	784	1.000	784	1.000
Total do ativo circulante		1.468.711	1.777.924	2.138.855	2.184.259	Contas a pagar/aquisição de participação societária	14	-	89.016	-	89.016
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						Provisões e outras obrigações	20	42.051	61.912	88.010	92.863
Impostos a recuperar	11	6.302	826	28.465	20.777	Total do passivo circulante		632.671	674.850	995.623	1.014.522
Depósitos judiciais	13	14.013	12.475	15.084	12.865	<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.a)	38.522	31.371	53.209	58.000	Empréstimos e financiamentos	17	215.398	275.542	218.072	281.523
Partes relacionadas	21	-	1.163	-	-	Obrigações renovadas de controladas	18	-	-	43.020	50.731
Outros créditos		34.075	34.960	40.869	38.622	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.a)	-	-	86.222	-
Investimentos:						Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	16.012	19.302	27.620	30.514
Empresas controladas e coligada	14	843.876	512.232	-	182.903	Tributos com exigibilidade suspensa e outros	23	167.638	133.611	167.638	133.611
Outros		195	195	2.042	195	Parcelamento de tributos - Lei 11.941/09		-	766	-	766
Imobilizado	15	542.933	502.535	698.095	624.264	Outras obrigações		5.797	7.577	7.467	15.866
Intangível	15	86.615	72.418	669.947	240.099	Total do passivo não circulante		404.845	436.798	550.039	513.011
Total do ativo não circulante		1.566.531	1.168.175	1.507.711	1.177.725	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
						Capital social	24.a)	648.497	624.610	648.497	624.610
						Reservas de capital		169.241	162.086	169.241	162.086
						Capital adicional integralizado		8.220	6.486	8.220	6.486
						Reserva de lucros		1.134.716	1.121.802	1.134.716	1.121.802
						Ajuste de avaliação patrimonial		(25.044)	(58.571)	(25.044)	(58.571)
						Ações em tesouraria		(85.004)	(54.662)	(85.004)	(54.662)
						Dividendo adicional proposto		147.100	32.700	147.100	32.700
						Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		1.997.726	1.834.451	1.997.726	1.834.451
						Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	103.178	-
						Total do patrimônio líquido		1.997.726	1.834.451	2.100.904	1.834.451
						<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		3.035.242	2.946.099	3.646.566	3.361.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

OPERAÇÕES CONTINUADAS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Receita operacional líquida	26	2.642.523	2.523.550	3.711.162	3.425.959
Custo dos produtos vendidos	27	(1.626.343)	(1.425.176)	(2.212.917)	(2.005.390)
<b>LUCRO BRUTO (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>		1.016.180	1.098.374	1.498.245	1.420.569
Despesas com vendas	27	(631.699)	(593.929)	(914.453)	(823.259)
Despesas gerais e administrativas	27	(144.235)	(138.053)	(191.527)	(162.704)
Honorários dos administradores	21	(14.124)	(12.427)	(16.756)	(13.617)
Resultado de equivalência patrimonial	14	126.567	(21.385)	(19.513)	(27.087)
Outras despesas operacionais, líquidas	32	(64.058)	(54.100)	(30.977)	(68.503)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		(727.549)	(819.894)	(1.173.226)	(1.095.170)
Receitas financeiras	30	56.946	50.190	66.712	325.399
Despesas financeiras	30	(49.865)	(25.788)	(88.606)	(75.380)
Ganhos em operações com derivativos	30	46.115	84.732	46.115	84.732
Perdas em operações com derivativos	30	(41.784)	(39.795)	(41.784)	(39.795)
Varição cambial, líquida	31	(29.305)	(3.570)	(5.091)	(3.085)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		270.738	344.249	302.365	347.416
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12.b)	(88)	(31.815)	(15.207)	(42.371)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12.a)	9.501	(2.423)	(630)	4.718
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		280.151	310.011	286.528	309.763
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À</b>					
Acionistas controladores		280.151	310.011	280.151	310.011
Acionistas não controladores		-	-	6.377	(248)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO</b>					
Básico por ação ON - R\$	36	0,5779	0,7017	0,5779	0,7017
Diluído por ação ON - R\$	36	0,5725	0,6937	0,5725	0,6937
Básico por ação PN - R\$	36	0,6359	0,7722	0,6359	0,7722
Diluído por ação PN - R\$	36	0,6304	0,7644	0,6304	0,7644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais - R\$)

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		280.151	310.011	286.528	309.763
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:					
Ganhos/perdas na conversão de demonstrações financeiras de controladas do exterior	14	14.957	(5.551)	14.957	(5.385)
Resultado a realizar em operações de hedge		6.912	(2.666)	6.912	(2.666)
Imposto diferido s/resultado a realizar em operações de hedge		(2.350)	906	(2.350)	906
		19.519	(7.311)	19.519	(7.145)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:					
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos:		299.670	302.700	306.047	302.618
Acionistas controladores		299.670	302.700	299.670	302.700
Acionistas não controladores		-	-	6.377	(82)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

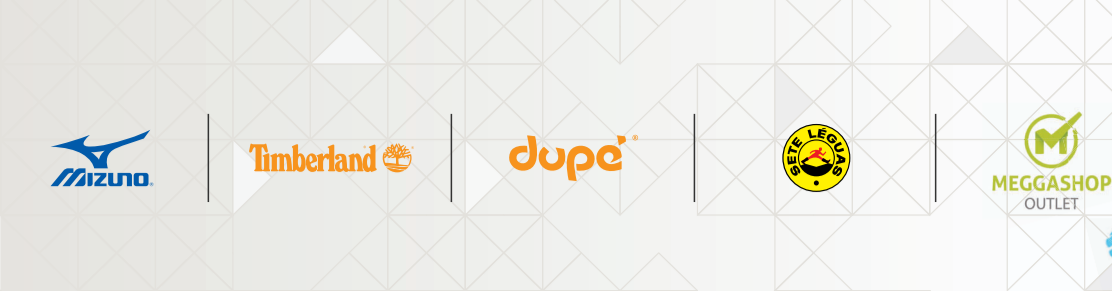
### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais - R\$)

RECEITAS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
3.082.070		2.941.937	4.374.145	4.011.572	
Vendas de mercadorias e produtos		3.082.822	2.938.631	4.325.220	4.006.625
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	(4.927)	46	(8.710)	(4.478)
Outras receitas		4.175	3.260	57.635	9.425
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		(1.990.039)	(1.809.312)	(2.544.259)	(2.309.761)
Custo de mercadorias e produtos vendidos		(1.244.229)	(1.128.094)	(1.797.184)	(1.464.516)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(739.306)	(672.973)	(739.138)	(836.158)
Perdas/recuperação de valores ativos		(6.052)	(5.623)	(5.967)	(6.465)
Outros		1.092.031	(2.622)	(1.970)	(2.622)
<b>RETENÇÕES</b>		(55.932)	(47.338)	(77.725)	(66.652)
Depreciação e amortização	15	(55.932)	(47.338)	(77.725)	(66.652)
<b>VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>		1.036.099	1.085.287	1.752.161	1.635.159
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		257.728	152.604	153.841	154.604
Resultado de equivalência patrimonial	14	126.567	(21.385)	(19.513)	(27.087)
Receitas financeiras - inclui variações cambiais		133.700	165.084	144.358	172.355
Outros		(2.539)	8.905	28.996	9.336
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>		1.293.827	1.237.891	1.906.002	1.789.763
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		(1.293.827)	(1.237.891)	(1.906.002)	(1.789.763)
Salários e encargos sociais		(493.334)	(425.993)	(780.133)	(698.707)
Impostos, taxas e contribuições		(283.557)	(324.607)	(542.835)	(548.473)
Despesas financeiras e alugueis		(236.785)	(177.280)	(296.506)	(232.820)
Juros sobre o capital próprio	24.c)	(84.300)	(85.100)	(84.300)	(85.100)
Dividendos		(54.000)	(32.700)	(54.000)	(32.700)
Lucros retidos		(141.851)	(192.211)	(141.851)	(192.211)
Participação de não controladores nos lucros retidos		-	-	(6.377)	248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais - R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
<b>Lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas</b>		280.151	310.011	286.528	309.763
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	15	55.932	47.338	77.725	66.652
Prejuízo na venda/baixa de bens do imobilizado		4.459	1.607	4.466	3.390
Provisão para perda no imobilizado - "impairment"		-	(499)	-	(499)
Resultado na Venda de Imóveis		-	-	(35.000)	-
Resultado da equivalência patrimonial	14	(126.567)	21.385	19.513	27.087
Juros, variações monetárias e cambiais		13.037	(3.482)	30.508	25.741
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	6.876	6.638	10.329	12.018
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.a)	(9.501)	2.423	630	(4.718)
Tributos com exigibilidade suspensa	23	22.057	11.347	22.057	11.347
Outorga de opções de compra de ações	28	3.152	2.587	3.152	2.587
Provisão para perdas nos estoques	10	42.908	5.429	43.061	7.160
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.c)	4.927	2.319	8.710	6.843
Ganhos não realizados em operações com derivativos		11.779	(13.526)	11.779	(13.526)
Remensuração de ativo classificado como mantido para venda		24.575	-	(6.239)	-
Ajuste remensuração 1a aquisição Osklen		4.521	-	4.521	-
		338.488	393.577	481.740	453.845
<b>Redução (aumento) no ativo:</b>					
Contas a receber de clientes		(61.483)	(103.581)	(92.694)	(125.758)
Estoques		(81.729)	(22.340)	(98.432)	(46.297)
Despesas antecipadas		735	(1.474)	(311)	(4.135)



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

#### 1.1. Considerações gerais

A Alpargatas S.A. ("Alpargatas") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, capital, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.336 e registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - BMF&BOVESPA com o código de negociação "ALPA4" e "ALPA3". Suas atividades e de suas controladas (doravante coletivamente denominadas "Grupo Alpargatas" ou "Grupo") são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário e artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos. As controladas diretas e indiretas, por meio das quais a Companhia mantém operações no Brasil e no exterior, estão informadas na nota explicativa nº 6.

#### 1.2. Aumento de participação na controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina.

Para os detalhes do processo de aquisição e aumento de participação na controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina, vide nota explicativa nº 14.

### 2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1. Declaração de conformidade

##### 2.1.1. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere a avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014 que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo CPC, repecionando a citada revisão do IAS 27 e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas para todos os exercícios apresentados, sendo as principais apresentadas a seguir.

#### a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de vendas é reconhecida na demonstração do resultado quando: (i) os riscos e benefícios inerentes aos produtos e às mercadorias vendidas são transferidos aos compradores; (ii) quando for provável o recebimento dos valores devidos à Companhia; e (iii) quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração com os produtos/mercadorias. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

#### b) Reconhecimento de incentivos fiscais - subvenções para investimentos

A receita decorrente de incentivos fiscais, recebida sob a forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado quando recebida em contraposição de custos e investimentos incorridos pela Companhia e por suas controladas nas localidades onde o incentivo fiscal é concedido. A subvenção para investimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS dos Estados da Paraíba e de Pernambuco é registrada a crédito na rubrica "Impostos incidentes sobre as vendas" e a subvenção para investimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é registrada a crédito na rubrica "Imposto de renda e contribuição social - correntes". Posteriormente, quando do encerramento do exercício, são destinados à rubrica "Reservas de capital - incentivos fiscais - subvenção para investimentos", no patrimônio líquido.

Conforme descrito na nota explicativa nº 7, a Companhia e sua controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias reconhecem os incentivos referentes às subvenções dos Estados da Paraíba e de Pernambuco mensalmente na apuração do ICMS das unidades operacionais localizadas nesses Estados, uma vez que as condições necessárias para auferir o incentivo já foram cumpridas.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

##### i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos de vencimento e carência de até 90 dias, contados da data da aplicação, ou com vencimentos acima de 90 dias, mas considerados de liquidez imediata, pois há intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo, com o próprio emissor, por um montante de caixa com insignificante risco de mudança de valor. Os investimentos temporários são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

##### ii) Aplicações financeiras

Compreendem os investimentos financeiros com prazos de vencimento e carência superiores a 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

##### d) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e de suas controladas para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 9.

Os balanços de contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 60 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

##### e) Estoques

São registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor de mercado e por eventuais perdas, quando aplicável. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 10.

##### f) Arrendamentos

São classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia ou suas controladas.

A classificação dos contratos de arrendamento financeiro é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos operacionais são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do arrendamento. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a sua vida útil econômica, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 15.

##### g) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº 15. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens. As despesas relacionadas à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originadas de operações de arrendamento do tipo financeiro, são registradas como se fosse uma compra financeira, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

##### h) Intangível

###### Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável.

O intangível inclui: (i) marcas; (ii) sessão de direito de uso comercial; (iii) licenças de uso de sistemas computadorizados (softwares), incluindo os correspondentes gastos com implementação; (iv) carteira de clientes adquiridos de terceiros; e (v) ações na aquisição de investimentos.

Os ativos com vida útil definida são amortizados de acordo com os prazos descritos na nota explicativa nº 15. Os ativos intangíveis sem vida útil definida, compostos substancialmente pelos valores dos ágio pagos na aquisição de controladas, foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 considerando o prazo de dez anos e passaram, a partir de 1º de janeiro de 2009, a ser anualmente avaliados quanto à sua capacidade de recuperação ("impairment") e/ou quando indícios de não recuperação se fizerem presentes (vide detalhes das premissas na nota explicativa nº 15).

As licenças de uso de sistemas computadorizados ("softwares"), incluindo os correspondentes gastos com implementação e de sistemas de gestão empresarial adquiridos, são capitalizadas e amortizadas também conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 15, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por eles gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de softwares são reconhecidas no resultado do exercício, quando incorridas. As marcas e patentes adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são registradas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na nota explicativa nº 15.

###### Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

São registrados como despesa do exercício, quando incorridos. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 15.

###### Aquisições de controladas efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente a Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e patrimônio líquido da empresa controlada adquirida era contabilizada como ágio, tendo como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido, e amortizada conforme vida útil determinada no ocasião. A partir de 1º de janeiro de 2009, o saldo do ágio deixou de ser amortizado para fins contábeis e passou a ser avaliado por sua perspectiva de realização, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A Companhia adotou a opção oferecida pela norma IFRS 01 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Financeira e não aplicou o efeito de uso comercial; (ii) sessão de direito de uso comercial; (iii) licenças de uso de sistemas computadorizados (softwares), incluindo os correspondentes gastos com implementação; (iv) carteira de clientes adquiridos de terceiros; e (v) ações na aquisição de investimentos.

###### Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio)

A Companhia e suas controladas analisam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

###### k) Avaliação do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do ágio recuperável, a Administração definiu que as UGCs correspondem a cada segmento de negócio, no qual o ágio foi alocado, e são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou mais frequentemente, quando houver indicação de que a UGC possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável do ágio for inferior ao seu valor contábil, a perda é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério "pro rata" com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuído, quando existente, é incluído na determinação do resultado da alienação.

###### l) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É reconhecida quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza da provisão e das contingências estão descritos na nota explicativa nº 22.

###### m) Tributação

###### 1) Tributação sobre as vendas

As receitas de vendas no mercado interno estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições às alíquotas básicas:

- Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - 7% a 18% (ii).
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,65% (ii).
- Programa de Integração Social - PIS - 1,65% (ii).
- Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - 1,5%.

(i) A Companhia e sua controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias possuem incentivos de subvenção para investimento de ICMS conforme detalhes demonstrados na nota explicativa nº 7.

(ii) Os resultados decorrentes do regime de não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados como redutores do custo das mercadorias e dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício.

As vendas são apresentadas na demonstração do resultado do exercício pelo valor líquido dos respectivos impostos e contribuições (receita operacional líquida).

###### m.2) Tributação sobre o lucro

A provisão sobre a renda corrente é a renda tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício, sendo, exceto pelas controladas localizadas no exterior em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, o imposto de renda e a contribuição social da Companhia e das controladas no Brasil calculados, respectivamente, às alíquotas de 25% e 9%. A controlada Alpargatas Imobiliária Ltda. apurou o imposto de renda e a contribuição social de acordo com a sistemática do lucro presumido, levando-se em consideração as alíquotas e a legislação em vigor nas datas dos balanços.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

###### n) Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os valores de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, nas datas dos balanços, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Os impostos sobre a renda corrente e diferido são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando está relacionado a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando ele é originado da contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, quando aplicável, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

###### n) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas operam.

Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa do Grupo são convertidos para reais, que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

###### Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (reais) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

###### Conversão

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média, tomando como base um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. As contas do balanço patrimonial são

convertidas para reais às taxas de câmbio nas datas dos balanços.

Os efeitos das variações da taxa de câmbio durante o exercício, sobre o patrimônio líquido no início do exercício, são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, da mesma forma que a diferença entre o lucro acumulado do exercício é registrada à média das taxas de câmbio e às taxas de câmbio do fim do exercício. As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas como um componente separado no patrimônio líquido - "Ajuste de avaliação patrimonial". No caso de alienação total ou parcial de uma participação em uma Empresa do Grupo, mediante venda ou como resultado de pagamento de capital, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do ganho ou da perda na alienação do investimento.

#### o) Instrumentos financeiros

##### Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e por suas controladas são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou contratados.

##### Ativos financeiros

###### (i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

###### (ii) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 compreendem contos a receber de clientes (nota explicativa nº 9) e saldos a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 21).

###### Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados sob essa denominação quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

##### Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, são representados por empréstimos e financiamentos bancários (nota explicativa nº 17), saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa nº 16) e obrigações negociadas da controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (nota explicativa nº 18), os quais, exceto pelo saldo a pagar a fornecedores, são apresentados pelo valor original, acrescido de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

##### Método da taxa efetiva de juros

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido no momento do reconhecimento inicial.

##### Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem.

##### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge"

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos do tipo NDF ("Non-Deliverable Forward") para se proteger do risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de "hedge" são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Para fins de contabilidade de "hedge", a Companhia adota o hedge de fluxo de caixa, que fornece proteção contra a variação nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No momento da designação inicial do hedge, a Companhia formalmente documenta a relação entre os instrumentos de "hedge" e os itens que são objetos de "hedge", incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação. A Companhia faz uma avaliação contínua do contrato para avaliar se o instrumento será "altamente eficaz" na compensação de variações do valor justo dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o "hedge" é designado e se os resultados reais de cada "hedge" estão dentro da faixa de 80% a 125%.

No "hedge accounting" de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações do valor justo dos instrumentos derivativos designados e qualificados como "hedge accounting" de fluxo de caixa é registrada no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parcela ineficaz é reconhecido no resultado do exercício, em receita (despesa) financeira.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são registrados para o resultado do exercício nos períodos em que o item protegido por "hedge" afeta o resultado do exercício. Além disso, quando a operação prevista protegida por "reais" resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro, os ganhos e perdas previamente diferidos no patrimônio líquido são transferidos e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

Quando um instrumento de "hedge" vence ou é vendido, ou quando um hedge não atende mais aos critérios de "hedge accounting", todo o ganho ou perda acumulado existente no patrimônio líquido naquele momento permanece no patrimônio líquido e é realizado contra o resultado quando a transação prevista é reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a operação protegida por "hedge" ocorra, o ganho ou a perda acumulado que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado do exercício, em receita (despesa) financeira.

##### p) Remuneração com base em ações

O valor justo das opções de compra de ações concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos, sendo o impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na rubrica "Opções outorgadas reconhecidas", que registrou o benefício aos empregados, em conformidade com os critérios do pronunciamento técnico CPC 10/IFRS 02 - Pagamento Baseado em Ações.

##### q) Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos funcionários, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando esta contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

##### r) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuada pela Administração da Companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio", por ser considerada como uma obrigação estatutária prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. Para fins tributários são tratadas como despesas financeiras reduzindo a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

##### s) Benefícios a empregados e ganhos e perdas atuariais do plano de pensão

Os custos associados às contribuições efetuadas pela Companhia e por suas controladas aos planos de pensão são reconhecidos como despesa no resultado quando os serviços que concedem o direito a esses benefícios são prestados (regime de competência). Os ganhos e as perdas atuariais apurados no plano de pensão de assistência médica a funcionários são reconhecidos no resultado em conformidade com os critérios do pronunciamento técnico CPC 33/IAS 19 - Benefícios a Empregados, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na nota explicativa nº 29.

##### t) Lucro líquido por ação

Apresentado como básico e diluído, conforme descrito na nota explicativa nº 36.

##### u) Ativo mantido para venda e resultado de operações descontinuadas

O Grupo classifica um ativo como mantido para venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que este seja o caso, o ativo mantido ou o grupo de ativos mantidos para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tal ativo. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da valor contábil e o valor justo menos despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma provisão para ajuste ao valor recuperável é recon



# ALPARGATAS S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 61.079.117/0001-05  
NIRE 35 3000 25 270  
www.alpargatas.com.br



# ALPARGATAS



havaianas

OSKLEN

Topper

RAINHA

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2014

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

#### b) Intangível

	Taxa anual de amortização (%)	2014			2013		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Com vida útil definida:							
Sistemas de gestão empresarial (iv)	5-10	163.434	(92.794)	70.640	127.213	(76.001)	51.212
Carteira de clientes (i)	20	27.311	(27.311)	-	27.311	(26.370)	941
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	10	305	-	305	197	-	197
Projetos em andamento	-	12.369	-	12.369	16.005	-	16.005
Cessão de direitos comerciais (iii)	-	3.301	-	3.301	4.063	-	4.063
Total		206.720	(120.105)	86.615	174.789	(102.371)	72.418
<b>Consolidado</b>							
		2014			2013		
Taxa anual de amortização (%)		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	10	17.851	(12.496)	5.355	7.861	(722)	7.139
Sistemas de gestão empresarial (iv)	5-10	169.934	(96.478)	73.456	131.633	(79.426)	52.207
Cessão de direitos comerciais	-	10.483	(4.831)	5.652	6.441	(1.409)	5.032
Carteira de clientes (i)	20	40.529	(31.880)	8.649	33.417	(28.813)	4.604
Acordo de não competição	25	20.850	(1.219)	19.631	-	-	-
Sem vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	-	143.926	-	143.926	919	-	919
Ágio na aquisição de controladas (ii)	-	323.887	-	323.887	150.130	-	150.130
Projetos em andamento	-	12.369	-	12.369	16.005	-	16.005
Cessão de direitos comerciais (iii)	-	77.022	-	77.022	4.063	-	4.063
Total		816.851	(146.904)	669.947	350.469	(110.370)	240.099

(i) Refere-se aos valores pagos na aquisição das carteiras de clientes de ex-representantes comerciais da Companhia (que comercializavam substancialmente sandálias "Havaianas") e em determinados países da Europa, para os quais a Companhia passou a atuar através de suas controladas indiretas localizadas na Europa. Os custos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo do fluxo de caixa futuro estimado pela Administração da Companhia, de cinco anos. Em 31 de dezembro de 2014, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados, conforme projeções econômicas efetuadas pela Administração da Companhia, nenhuma provisão para desvalorização por "impairment" foi constituída sobre esses saldos.

(ii) Vide composição na nota explicativa nº 14. Considerando as alterações contábeis promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009 o saldo do ágio existente em 31 de dezembro de 2008 deixou de ser amortizado, passando a ter sua realização testada anualmente por "impairment". Nesse sentido, a partir de 1º de janeiro de 2009, o benefício fiscal do ágio na incorporação da ex-controlada Atlântico Participações S.A., demonstrado na nota explicativa nº 14, passou a ser aproveitado nas apurações mensais de imposto de renda e contribuição social com base no RTI, conforme disposições previstas na Lei nº 11.941/09, cujos efeitos estão demonstrados na nota explicativa nº 12.ii).

(iii) Refere-se substancialmente aos valores pagos na aquisição de direitos de uso dos pontos comerciais onde se localizam determinadas lojas "Timberland", "Concept Havaianas" e "Osklen". Por tratar-se de ativos intangíveis comercializáveis eles não são amortizados, sendo submetidos a teste anual quanto à sua recuperação por "impairment".

(iv) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia e por suas controladas. São representados substancialmente pelos sistemas SAP/R3, WMS e LINX e pelos custos incorridos no projeto de gestão da cadeia de valor. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de dez anos para o sistema de gestão SAP/R3 e de cinco anos para os demais sistemas. Em 31 de dezembro de 2014, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados por esses sistemas e projetos, nenhuma provisão para desvalorização por "impairment" foi constituída sobre esses saldos.

A despesa de amortização do intangível consolidada, estimada para os próximos exercícios, está assim representada:

	2014	2013
2015	29.149	24.146
2016	24.146	17.145
2017	17.145	12.144
2018 em diante	42.303	33.303
Total	137.466	86.738

#### Informações adicionais sobre o intangível

(i) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos registrados ao resultado:

	2014	2013
(ii) Teste de redução ao valor recuperável do ágio	18.461	19.207

A Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2014 a recuperação do valor dos ágios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para as UGCs. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável. O valor recuperável das UGCs foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração para o quinquênio a uma taxa média de desconto após impostos. Os fluxos de caixa, para além do quinquênio, foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa, a qual não excede o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB e/ou de mercado, esperado. A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis foram baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o valor recuperável. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso das UGCs foram as seguintes: (1) crescimento da receita líquida com foco na expansão geográfica; (2) expansão operacional; e (3) lançamento de produtos com maior valor agregado. A expansão geográfica está nos mercados interno e global, com potencial de crescimento ainda pouco explorado. A margem bruta projetada reflete o crescimento de vendas, expansão da linha "Brand Extention", franquias, produtos com maior valor agregado e melhorias na eficiência operacional.

A metodologia aplicada para determinar o valor da UGC é o fluxo de caixa descontado ("discounted cash flow"), que consiste na determinação dos fluxos de caixa livres em um período, em virtude:

- Do resultado operacional.
- Do retorno do resultado operacional da depreciação/amortização sobre o ativo imobilizado/intangível, apropriada ao resultado do exercício.
- Da necessidade líquida de capital de giro incremental, determinada em virtude do ciclo financeiro da Companhia.

Os saldos dos fluxos de caixa por exercício são calculados a valor presente, descontados através da aplicação de uma taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capital ("Weighted Average Cost of Capital - WACC"). Essa taxa considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio, utilizados pela Companhia para financiar suas operações. O custo do capital próprio da Companhia foi calculado pelo método "Capital Asset Pricing Model - CAPM".

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2014 para as UGCs são conforme segue:

UGC - Brasil	2014	2013
Resultado operacional R\$ (milhões) (1)	598,4	598,4
Perpetuidade (2)	2,2%	2,2%
Taxa de desconto WACC (3)	14,3%	14,3%
UGC - Argentina	67,0	67,0
Resultado operacional R\$ (milhões) (1)	1,7%	1,7%
Perpetuidade (2)	16,5%	16,5%
Taxa de desconto WACC (3)		

1. Resultado operacional, médio do período de cinco anos.
2. Taxa de crescimento do fluxo de caixa na perpetuidade.
3. Taxa de desconto calculada antes dos impostos.

A Administração estimou o resultado operacional orçado com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem os riscos específicos em relação aos segmentos operacionais em que cada UGC está inserida.

	2013	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Impairment	Variação cambial/Outras movim. (ii)	2014
Imobilizado								
Terrenos	9.650	-	-	-	(140)	-	-	9.510
Edifícios e construções	188.377	-	35.268	(7.447)	(1.629)	-	1	214.570
Máquinas e equipamentos	160.684	-	72.655	(22.052)	(805)	-	1.090	211.572
Móveis e utensílios	21.413	-	6.161	(3.536)	(579)	-	63	23.522
Veículos	4.670	-	156	(590)	(22)	-	87	4.301
Benefeitorias em imóveis de terceiros	16.370	-	1.034	(3.957)	(216)	-	-	13.231
Projetos em andamento	101.291	108.584	(143.998)	-	-	-	-	65.877
Outros imobilizados	680	-	-	-	-	-	-	680
Provisão para perdas ("impairment")	(600)	-	-	-	-	-	-	270
Total	502.535	108.584	(28.724)	(37.582)	(3.391)	-	1.511	542.933

	2013	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Impairment	Variação cambial/Outras movim. (ii)	2014
Intangível								
Com vida útil definida:								
Sistema de gestão empresarial	51.212	-	37.143	(17.409)	(306)	-	-	70.640
Carteira de clientes	941	-	-	(941)	-	-	-	-
Sem vida útil definida:								
Marcas, direitos e patentes	197	-	108	-	-	-	-	305
Projetos em andamento	16.005	4.891	(8.527)	-	-	-	-	12.369
Cessão de direitos comerciais	4.063	-	-	-	(762)	-	-	3.301
Total	72.418	4.891	28.724	(18.350)	(1.068)	-	-	86.615
Total	574.953	113.475	(28.724)	(55.932)	(4.459)	-	1.511	629.548

	2013	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Impairment	Variação cambial/Outras movim. (ii)	2014
Imobilizado								
Terrenos	13.887	-	-	-	(140)	-	(403)	13.344
Edifícios e construções	247.001	1.163	35.783	(10.622)	(1.629)	-	(6.405)	265.291
Máquinas e equipamentos	209.028	2.472	75.728	(28.933)	(805)	-	286	257.776
Móveis e utensílios	28.845	2.818	6.172	(6.309)	(585)	-	2.957	33.898
Veículos	5.054	1	156	(691)	(22)	-	254	4.752
Benefeitorias em imóveis de terceiros	21.259	6.966	16.057	(6.361)	(216)	-	16.078	53.783
Projetos em andamento (iii)	108.141	116.863	(162.620)	-	-	-	9.761	72.145
Outros imobilizados	3.694	394	-	(92)	(3)	-	3.955	7.948
Provisão para perdas ("impairment")	(12.645)	-	-	-	-	-	1.803	(10.842)
Total	624.264	130.677	(28.724)	(53.008)	(3.400)	-	28.286	698.095

	2013	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Impairment	Variação cambial/Outras movim. (ii)	2014
Intangível								
Com vida útil definida:								
Sistema de gestão empresarial	51.212	-	37.143	(17.409)	(306)	-	-	70.640
Carteira de clientes	941	-	-	(941)	-	-	-	-
Sem vida útil definida:								
Marcas, direitos e patentes	197	-	108	-	-	-	-	305
Projetos em andamento	16.005	4.891	(8.527)	-	-	-	-	12.369
Cessão de direitos comerciais	4.063	-	-	-	(762)	-	-	3.301
Total	72.418	4.891	28.724	(18.350)	(1.068)	-	-	86.615
Total	574.953	113.475	(28.724)	(55.932)	(4.459)	-	1.511	629.548

	2013	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Impairment	Variação cambial/Outras movim. (ii)	2014
Imobilizado								
Terrenos	13.887	-	-	-	(140)	-	(403)	13.344
Edifícios e construções	247.001	1.163	35.783	(10.622)	(1.629)	-	(6.405)	265.291
Máquinas e equipamentos	209.028	2.472	75.728	(28.933)	(805)	-	286	257.776
Móveis e utensílios	28.845	2.818	6.172	(6.309)	(585)	-	2.957	33.898
Veículos	5.054	1	156	(691)	(22)	-	254	4.752
Benefeitorias em imóveis de terceiros	21.259	6.966	16.057	(6.361)	(216)	-	16.078	53.783
Projetos em andamento (iii)	108.141	116.863	(162.620)	-	-	-	9.761	72.145
Outros imobilizados	3.694	394	-	(92)	(3)	-	3.955	7.948
Provisão para perdas ("impairment")	(12.645)	-	-	-	-	-	1.803	(10.842)
Total	624.264	130.677	(28.724)	(53.008)	(3.400)	-	28.286	698.095

	2013	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Impairment	Variação cambial/Outras movim. (ii)	2014
Intangível								
Com vida útil definida:								
Sistema de gestão empresarial	51.212	-	37.143	(17.409)	(306)	-	-	70.640
Carteira de clientes	941	-	-	(941)	-	-	-	-
Sem vida útil definida:								
Marcas, direitos e patentes	197	-	108	-	-	-	-	305
Projetos em andamento	16.005	4.891	(8.527)	-	-	-	-	12.369
Cessão de direitos comerciais	4.063	-	-	-	(762)	-	-	3.301
Total	72.418	4.891	28.724	(18.350)	(1.068)	-	-	86.615
Total	574.953	113.475	(28.724)	(55.932)	(4.459)	-	1.511	629.548

	2013	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Impairment	Variação cambial/Outras movim. (ii)	2014
Imobilizado								
Terrenos	13.887	-	-	-	(140)	-	(403)	13.344
Edifícios e construções	247.001	1.163	35.783	(10.622)	(1.629)	-	(6.405)	265.291
Máquinas e equipamentos	209.028	2.472	75.728	(28.933)	(805)	-	286	257.776
Móveis e utensílios	28.845	2.818	6.172	(6.309)	(585)	-	2.957	33.898
Veículos	5.054	1	156	(691)	(22)	-	254	4.752
Benefeitorias em imóveis de terceiros	21.259	6.966	16.057	(6.361)	(216)	-	16.078	53.783
Projetos em andamento (iii)	108.141	116.863	(162.620)	-	-	-	9.761	72.145
Outros imobilizados	3.694	394	-	(92)	(3)	-	3.955	7.94



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

**22. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS**

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes de autuações por parte das autoridades fiscais, de reclamações de terceiros e ex-funcionários ou de ações e questionamentos. Para essas contingências foram constituídas provisões, quando, na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, o risco de eventual perda foi considerado como provável. Essas provisões estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Reclamações trabalhistas	(a) 13.734	14.681	27.519	24.620
Processos tributários	(b) 8.241	9.279	10.910	12.745
Depósitos judiciais	(b) (4.179)	(4.179)	(4.179)	(4.179)
Processos cíveis	3.870	3.722	4.189	4.083
	21.666	23.503	38.439	37.269
Parcela do circulante	5.654	4.201	10.819	6.755
Parcela do não circulante	16.012	19.302	27.620	30.514

(a) Referem-se às ações movidas contra a Companhia e suas controladas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente de pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas entendidas como devidas em razão de responsabilidade subsidiária. Os valores provisionados referem-se às melhores estimativas apuradas para cada processo avaliado como perda provável.

(b) Consistem basicamente em: (i) auto de infração referente à COFINS do período de julho e setembro a dezembro de 1992 emitido contra a Companhia, em que se discute diferenças não tributadas, cujo montante atualizado para 31 de dezembro de 2014 é de R\$3.844. O processo encontra-se aguardando decisão em última instância administrativa; e (ii) discussão quanto à cobrança da diferença do Fator Acidentário de Prevenção - FAP e Seguro de Acidente do Trabalho - SAT, no montante total de R\$5.100, em que a Companhia discute a cobrança pela alíquota máxima da indústria. O processo encontra-se pendente de decisão de segunda instância na esfera judicial, com depósito judicial no valor de R\$4.179.

	Controladora				Consolidado					
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Depósitos judiciais	Total	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	14.681	9.279	3.722	(4.179)	23.503	14.681	9.279	3.722	(4.179)	23.503
Complementos	7.608	303	149	-	8.060	7.608	303	149	-	8.060
Reversões	-	(1.184)	-	-	(1.184)	-	(1.184)	-	-	(1.184)
Pagamentos	(8.556)	(157)	-	-	(8.713)	(8.556)	(157)	-	-	(8.713)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	13.733	8.241	3.871	(4.179)	21.666	13.733	8.241	3.871	(4.179)	21.666

Saldo em 31 de dezembro de 2013

	Controladora				Consolidado					
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Depósitos judiciais	Total	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	24.620	12.745	4.083	(4.179)	37.269	24.620	12.745	4.083	(4.179)	37.269
Complementos	11.061	303	149	-	11.513	11.061	303	149	-	11.513
Reversões	-	(1.184)	-	-	(1.184)	-	(1.184)	-	-	(1.184)
Saldo inicial aquisição de controlada	2.957	-	-	-	2.957	2.957	-	-	-	2.957
Pagamentos/Varição cambial	(11.119)	(954)	(43)	-	(12.116)	(11.119)	(954)	(43)	-	(12.116)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	27.519	10.910	4.189	(4.179)	38.439	27.519	10.910	4.189	(4.179)	38.439

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações de natureza tributária e cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Tributárias:		
Auto de infração - IRRF (a)	9.367	9.008
CSLL e IRPJ (b)	10.390	9.935
Royalties (c)	55.304	49.243
IPI (d)	41.991	40.003
Outras	16.439	15.773
	133.491	123.962
Cíveis (ações indenizatórias)	6.556	6.013

(a) Auto de infração visando à cobrança de IRRF, compensado com créditos de IRPJ.

(b) Autos de infração relativos a não homologação de compensações de débitos tributários com créditos de IRPJ e CSLL.

(c) Autos de infração visando a cobrança de II, IPI, PIS-Importação e COFINS-Importação sobre os valores remetidos ao exterior a títulos de royalties, no período de 2007 a 2010.

(d) Autos de infração relativos à não homologação de compensação de créditos de IPI na aquisição de insumos isentos da ex-controlada Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., correspondentes ao período de julho de 2004 a junho de 2008.

Adicionalmente, em dezembro de 2005, foi movido processo cível contra a Companhia por uma empresa detentora de determinada marca esportiva, cujo objeto da causa se referia a perdas e danos por supostos descumprimentos no contrato de licenciamento, o qual foi distratado em anos anteriores. Em fevereiro de 2007, houve decisão favorável à Companhia determinando a extinção do processo. Em novembro de 2011, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo confirmou tal decisão, oportunidade no corpo jurídico da Companhia passou a avaliar a ação com prognóstico de perda remoto. Em junho de 2013, o STJ afastou a extinção do processo e determinou o retorno dos autos à primeira instância, para julgamento de seu mérito. O juiz de primeira instância aceitou o pedido da Companhia para utilização da prova emprestada do caso em que houve sentença favorável à Companhia. Os autos aguardam juntada de alegações finais das partes. Ainda, a Companhia aguarda julgamento dos embargos de divergência opostos em setembro de 2013.

**23. TRIBUTOS COM EXIGIBILIDADE SUSPensa**

	Controladora e consolidado	
	2014	2013
PIS/COFINS - Lei nº 9.718/98	33.784	32.323
Depósitos judiciais	(33.784)	(32.323)
	-	-
COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo	177.234	142.137
Depósitos judiciais	(13.037)	(11.809)
	164.197	130.328
Outros	3.441	3.283
Total	167.638	133.611

(a) COFINS - Lei nº 9.718/98

Em 8 de março de 1999, a Companhia obteve liminar na ação ordinária em que discute a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 e da Emenda Constitucional nº 20, mais especificamente, o aumento da alíquota da COFINS em 1% e o alargamento da base de cálculo da COFINS e do PIS. Essa liminar assegurou o recolhimento dessas contribuições nos moldes da legislação vigente até janeiro de 1999.

A partir daquela data, os valores dessas contribuições apurados nos períodos em questionamento foram registrados no passivo como tributos com exigibilidade suspensa e passaram a ser mantidos atualizados monetariamente pela taxa SELIC, cujos efeitos de atualização monetária foram registrados na rubrica "Despesas financeiras" no resultado do exercício. De setembro de 2002 a janeiro de 2004, a Companhia depositou em juízo o valor em discussão.

Em março de 2006, após decisão adversa proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF sobre o recurso extraordinário da ação referente ao aumento de alíquota da COFINS em 1%, a Companhia decidiu pelo pagamento do montante apurado nos períodos de: (i) março de 1999 a agosto de 2002; e (ii) fevereiro de 2004 a março de 2006, no montante total de R\$43.041. Tal decisão foi tomada sem que houvesse prejuízo da continuidade da discussão judicial referente ao período de setembro de 2002 a janeiro de 2004, cujo valor registrado como tributo com exigibilidade suspensa e depósito judicial totalizava R\$28.804, atualizados monetariamente. A Companhia passou a efetuar os pagamentos das apurações mensais a partir de abril de 2006.

A Lei nº 11.941/09 revogou o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que tratava do alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, fato que fortaleceu a tese questionada pela Companhia. A decisão do STF possibilitou a reversão da parcela do PIS e da COFINS referente ao alargamento da base de cálculo. Em 30 de junho de 2009, a Companhia reverteu a parcela correspondente a esse passivo com exigibilidade suspensa, no montante total de R\$12.401.

Portanto, os valores registrados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 referem-se unicamente à parcela relativa à majoração da alíquota da COFINS em 1%, para a qual, em agosto de 2009, o STF julgou desfavoravelmente a tese defendida pela Companhia. A ação da Companhia em 31 de dezembro de 2014 ainda aguarda julgamento; porém, tendo em vista que o julgamento da tese terá desfecho desfavorável, quando os valores depositados judicialmente serão convertidos em renda da União, a Companhia mantém os valores provisionados.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os valores provisionados, bem como os depósitos judiciais, estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

(b) COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo do tributo

A Companhia questiona judicialmente, desde 1993, a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS, e no período de maio de 1993 a fevereiro de 1996 foram efetuados depósitos judiciais.

A partir de junho de 2008, a Companhia passou a valer-se do efeito suspensivo obtido em Medida Cautelar no STF para continuar excluindo o ICMS da base de cálculo da COFINS, entretanto, a partir daquela data, sem mais a necessidade de efetuar depósitos judiciais. Apesar disso, tais valores vêm sendo registrados como passivo com exigibilidade suspensa.

Em 31 de dezembro de 2014, o processo aguarda julgamento no STF, fazendo com que a Companhia mantenha os valores do passivo e dos depósitos judiciais atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Movimentação dos tributos com exigibilidade suspensa - controladora e consolidado

	2013		Atualizações		Complementos/(Reversões)		2014	
PIS/COFINS	32.323	1.461	-	-	-	-	33.784	-
Depósitos judiciais	(32.323)	(1.461)	-	-	-	-	(33.784)	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
COFINS - ICMS	142.137	13.040	22.057	-	-	-	177.234	-
Depósitos judiciais	(11.809)	(1.228)	-	-	-	-	(13.037)	-
	130.328	11.812	22.057	-	-	-	164.197	-
Outros	3.283	158	-	-	-	-	3.441	-
Total	133.611	11.970	22.057	-	-	-	167.638	-

**24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) Capital social

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2014 era de R\$564.497, após aumento com a integralização do plano para recompra de ações de 2008, aprovado em 24 de abril de 2014, com a emissão de 42.768.162 novas ações, sendo 21.964.414 ações ordinárias e 20.803.748 ações preferenciais, incluídas as ações em tesouraria. A bonificação ocorreu na proporção de 10 ações para cada 100 ações possuídas em 23 de abril de 2014.

Em razão da bonificação ocorrida em 23 de abril de 2014 o número de total de ações passou a ser representado por 470.449.777 ações escriturais sem valor nominal, sendo 241.608.551 ordinárias e 228.841.226 preferenciais.

Como a alteração do estatuto social, o limite autorizado para aumento do capital social passou para 483.217.101 ações preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para determinar as condições aplicáveis às emissões de ações, com base no capital autorizado, como também a aplicabilidade ou não do direito de preferência dos atuais acionistas, nos termos do artigo 172 da Lei nº 10.303/01.

O capital subscrito e integralizado apresenta a seguinte composição acionária:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores (Grupo Camargo Corrêa)	161.846.378	66,99	45.729.086	19,98	207.575.464	44,12
Administradores:						
Conselho de Administração	48.197.545	19,95	9.835.284	4,30	58.032.829	12,34
Conselho Fiscal	33	0,00	-	-	33	-
Demais acionistas	31.564.595	13,06	173.276.856	75,72	204.841.451	43,54
Total	241.608.551	100,00	228.841.226	100,00	470.449.777	100,00

Em 31 de dezembro de 2013:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores (Grupo Camargo Corrêa)	147.133.071	66,99	41.571.897	19,98	188.704.968	44,12
Administradores:						
Conselho de Administração	43.564.461	19,83	8.744.459	4,20	52.308.920	12,23
Demais acionistas	28.946.605	13,18	157.721.122	75,82	186.667.727	43,65
Total	219.644.137	100,00	208.037.478	100,00	427.681.615	100,00

b) Plano de recompra de ações

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de dezembro de 2014 foi deliberado o plano para recompra de até 8.612.139 ações preferenciais e até 7.976.217 ações ordinárias. A autorização vigorará pelo prazo máximo de 361 dias, teve início no dia 8 de dezembro de 2014 e terminará no dia 4 de dezembro de 2015. A Companhia adquiriu 2.920.000 ações preferenciais de sua própria emissão no último programa autorizado em 06 de dezembro de 2013, que compreendia o período de 9 de dezembro de 2013 a 5 de dezembro de 2014.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a conta "Ações em tesouraria" registrou a seguinte movimentação:

	Quantidade	Custo médio - R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.162.796	8,87
Alienadas (*)	(1.148.151)	(10,87)
Aquisições (*)	1.148.151	11,59
Recompra de Ações	2.920.000	10,11
Bonificação de ações	616.279	(0,56)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.699.075	8,76

(\*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto.

Em 2014 e 2013, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício da controladora	280.151	310.011
Constituição da reserva para incentivos fiscais	(133.140)	(145.393)
Valor disponível para distribuição	147.011	164.618
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	36.753	41.155
Proposta da administração:		
Juros sobre o capital próprio	84.300	85.100
Dividendos	147.100	32.700
	231.400	117.800

Juros sobre o capital próprio distribuídos por ação

Ações ordinárias 0,17856 0,19759

Ações preferenciais 0,19643 0,21736

Dividendos distribuídos por ação

Ações ordinárias 0,30477 0,07403

Ações preferenciais 0,33524 0,08143

Em 06 de março de 2015, o Conselho de Administração aprova "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em 23 de abril de 2015, a proposta para pagamento de dividendos, no montante de R\$147.100, que, somados aos R\$84.300 de juros sobre capital próprio pagos durante 2014, correspondem a R\$231.400.

d) Ação (desajuste) na venda de ações em tesouraria

Referem-se ao desajuste gerado na venda de ações em tesouraria decorrente do exercício das opções dos planos de outorga. O saldo foi absorvido pela reserva de capital no valor de R\$ 8.498 e pela reserva de lucros no valor de R\$ 15.253, conforme artigo 18 da instrução CVM 10/1980.

e) Reserva para incentivos fiscais

A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras anuais, constituídos como "Reserva de incentivos fiscais" no grupo "Reservas de lucros".

**25. INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS DE NEGÓCIOS**

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. O principal tomador de decisões operacionais da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial onde as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, pois os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversas marcas entre calçados, artigos esportivos, sandálias e vestuário, as operações são geridas por segmentação geográfica com a seguinte segregação: (i) Operações Nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil e (ii) Operações Internacionais: desempenho das controladas na Argentina e desempenho consolidado das controladas nos Estados Unidos e na Europa, bem como das exportações diretas e da Tavex Corporation S.A., empresa que a Companhia detém 18,687% de participação.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

- Operações Nacionais:
  - Brasil: 69,1%
- Operações Internacionais:
  - Argentina: 17,4%
  - Europa, Estados Unidos e Exportações: 13,5%

As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. O desempenho dos segmentos foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido e no capital empregado (ativos totais menos passivo circulante e passivo não circulante) em cada segmento. Essa base de mensuração inclui os efeitos financeiros, imposto de renda e a contribuição social, a depreciação e a amortização e são consistentes com os registros das informações contábeis consolidadas. As informações estão demonstradas da seguinte forma:

	2014		2013		2013	
	Receita operacional líquida	Lucro líquido (prejuízo) e amortização	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Varição cambial líquida	Imposto de renda e contribuição social
Operações nacionais:						
Brasil	2.566.002	189.539	(58.399)	14.267	(12.918)	3.740
Operações internacionais:						
Argentina	644.395	13.133	(9.166)	(33.729)	(622)	(6.147)
Europa/Estados Unidos/Exportações	500.765	107.533	(10.160)	1.899	8.449	(13.430)
Grupo Tavex S.A.	-	(17.265)	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	(6.412)	-	-	-	-
Consolidado	3.711.162	286.528	(77.725)	(17.563)	(5.091)	



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2014

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As principais hipóteses utilizadas no cálculo são apresentadas a seguir:

	Valores expressos (R\$)
Preço da ação	14,62
Preço de exercício	13,19
Volatilidade esperada	37,5%
Dividendos esperados	2,0%
Taxa livre de risco (taxa nominal)	8,0%
Taxa de rotatividade ("post-vesting")	0%
Valor justo	7,29

A seguir são demonstrados os efeitos simulados decorrentes do:

(i) Cenário I: exercício das opções outorgadas até 31 de dezembro de 2014.

(ii) Cenário II: exercício de todas as opções passíveis de serem outorgadas no âmbito do programa de outorga de opções.

Para ambos os cenários considerou-se a hipótese na qual todas as opções eram exercíveis em 31 de dezembro de 2014, considerando o valor do patrimônio líquido da controladora na referida data-base.

Valores expressos em reais:

	Cenário I	Cenário II
Preço de exercício médio ponderado	8,50	8,50
Número de ações preferenciais do capital social	228.841.226	228.841.226
Número de ações preferenciais do capital social em circulação	219.142.151	219.142.151
Número de ações a serem adquiridas com exercício das opções	3.490.212	15.972.000
Valor patrimonial contábil por ação em circulação	4,34	4,34
Valor patrimonial contábil por ação considerando o exercício das opções	4,28	4,04
Diluição do valor patrimonial por ação	0,06	0,30
Diluição percentual	1,52%	6,98%

## 29. BENEFÍCIOS A COLABORADORES

A Companhia e suas controladas patrocinam dois planos de complementação de benefícios de aposentadoria, além de conceder, por intermédio de um plano próprio de aposentadoria, benefícios de renda vitalícia e assistência médica para um grupo determinado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges. O passivo atuarial referente a esses planos, reconhecidos em 31 de dezembro de 2014, é de R\$925 (R\$914 em 31 de dezembro de 2013).

Os planos de complementação de benefícios estão representados por:

## a) Planos de Previdência Alpaprev

Implantado em maio de 1991 e estruturado na modalidade de "benefício definido", totalmente custeado por contribuições da patrocinadora. Em agosto de 2000, foi criado o plano "Super Prev", estruturado na modalidade de "contribuição definida", para o qual já migraram funcionários equivalentes a 99% das reservas necessárias.

## b) Plano de Benefícios da São Paulo Alpargatas - HSBC

Destinado a um grupo fechado de ex-funcionários da Companhia, utilizando um fundo multipatrocinado de previdência complementar como veículo financeiro. Esse plano abrange apenas participantes em fase de recebimento de benefícios de aposentadoria e pensão por morte.

Em 7 de março de 2013 foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Privada (PREVIC) a incorporação do Plano de Benefícios da São Paulo Alpargatas pelo Plano de Previdência Alpaprev, sendo que o resultado deste plano passou a ser reportado juntamente com o Plano de Previdência Alpaprev.

## c) Plano informal de aposentadoria para ex-funcionários

A Companhia patrocina um plano próprio de aposentadoria para ex-funcionários, o qual concede o benefício de uma renda vitalícia aos participantes, extensiva ao cônjuge nos casos de falecimento.

Atualmente, abrange seis participantes, sendo cinco ex-funcionários recebendo uma renda de aposentadoria e um pensionista recebendo renda de pensão por morte.

## d) Plano de assistência médica a aposentados

A Companhia mantém um plano de assistência médica para um grupo determinado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges, conforme regras por ela estipuladas.

Os valores atuariais estão destacados a seguir:

	Plano de Previdência Alpaprev (*)	Plano de Benefícios HSBC (*)	Plano Informal Aposentadoria	Plano Assistência Médica	2014 Total
<b>A. Reconciliação do valor das obrigações atuariais</b>					
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	32.402	-	162	-	32.564
Custo do serviço	747	-	-	747	1.494
Custo dos juros	3.558	-	17	-	3.575
Fluxo de caixa - benefício pago	(2.925)	-	(24)	-	(2.949)
Aumento/(redução) decorrente de fusão/alienação/transfêrência	-	-	-	-	-
Efeito da alteração de premissas financeiras/demográficas	445	-	8	-	453
Efeito da experiência do plano	578	-	10	-	588
<b>Obrigação de benefício definido no final do ano</b>	<b>34.805</b>	<b>-</b>	<b>173</b>	<b>-</b>	<b>34.978</b>
<b>B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano</b>					
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	41.199	-	-	-	41.199
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	4.626	-	-	-	4.626
Fluxos de caixa - contribuição paga pela empresa	863	-	24	-	887
Fluxos de caixa - benefício pago	(2.925)	-	(24)	-	(2.949)
Aumento/(redução) decorrente de fusão/alienação/transfêrência	-	-	-	-	-
Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzidos dos juros sobre o valor justo do ativo)	(4.307)	-	-	-	(4.307)
<b>Valor justo do ativo do plano no final do ano</b>	<b>39.456</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>39.456</b>
<b>C. Reconciliação do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso</b>					
Limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano anterior	8.797	-	-	-	8.797
Juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	1.017	-	-	-	1.017
Alteração do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso (deduzido dos juros do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso)	(5.163)	-	-	-	(5.163)
Efeito da mudança de taxa de câmbio	-	-	-	-	-
<b>Limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano</b>	<b>4.651</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.651</b>
<b>D. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa</b>					
Obrigação de benefício definido	34.805	-	173	-	34.978
Valor justo do ativo do plano	(39.456)	-	-	-	(39.456)
Situação financeira do plano	(4.651)	-	173	-	(4.478)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	4.651	-	-	-	4.651
<b>Passivo/(Ativo) líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>173</b>	<b>-</b>	<b>173</b>
<b>E. Componentes do custo/(receita) de benefício definido</b>					
Custo do serviço	747	-	-	-	747
Custo líquido dos juros	(51)	-	17	-	(34)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	696	-	17	-	713
Efeito da alteração de premissas financeiras	445	-	8	-	453
Efeito da experiência do plano	578	-	10	-	588
Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzidos dos juros sobre o valor justo do ativo)	4.307	-	-	-	4.307
Resultado do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano (deduzido dos juros sobre limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso)	(5.163)	-	-	-	(5.163)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	167	-	18	-	185
<b>Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes</b>	<b>863</b>	<b>-</b>	<b>35</b>	<b>-</b>	<b>898</b>
<b>F. Reconciliação do valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido</b>					
Valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido no final do ano anterior	-	-	162	-	162
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	696	-	17	-	713
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	167	-	18	-	185
Transferência líquida entrada/(saída) (incluindo o efeito de qualquer fusão/alienação)	-	-	-	-	-
Fluxo de caixa - contribuição paga pela empresa	(863)	-	(24)	-	(887)
<b>Valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido no final do ano</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>173</b>	<b>-</b>	<b>173</b>
<b>G. Segregação da obrigação de benefício definido</b>					
Ativos e auto patrocinados	9.038	-	-	-	9.038
Aposentados e pensionistas	25.767	-	173	-	25.940
<b>Total</b>	<b>34.805</b>	<b>-</b>	<b>173</b>	<b>-</b>	<b>34.978</b>
<b>H. Valor justo do ativo</b>					
Instrumentos de patrimônio (segregados por tipo de setor, porte da empresa, geografia, etc.)	1.184	-	-	-	1.184
Fundos de investimento (segregados por tipo de fundo)	7.891	-	-	-	7.891
Instrumentos de dívida (segregados por tipo de emissor, qualidade do crédito, geografia, etc.)	30.381	-	-	-	30.381
<b>Total</b>	<b>39.456</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>39.456</b>

	Plano de Previdência Alpaprev (*)	Plano de Benefícios HSBC (*)	Plano Informal Aposentadoria	Plano Assistência Médica	2013 Total
<b>A. Reconciliação do valor das obrigações atuariais</b>					
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	38.198	566	274	796	39.834
Custo do serviço	850	-	-	-	850
Custo dos juros	2.972	-	20	62	3.054
Fluxo de caixa - benefício pago	(2.443)	-	(22)	(56)	(2.521)
Aumento/(redução) decorrente de fusão/alienação/transfêrência	566	(566)	-	-	-
Efeito da alteração de premissas financeiras/demográficas	(8.737)	-	(27)	(160)	(8.924)
Efeito da experiência do plano	996	-	(83)	111	1.024
<b>Obrigação de benefício definido no final do ano</b>	<b>32.402</b>	<b>-</b>	<b>162</b>	<b>753</b>	<b>33.317</b>
<b>B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano</b>					
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	43.033	4.247	-	-	47.280
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	3.681	-	-	-	3.681
Fluxos de caixa - contribuição paga pela empresa	(3.511)	-	22	56	(3.433)
Fluxos de caixa - benefício pago	(2.443)	-	(22)	(56)	(2.521)
Aumento/(redução) decorrente de fusão/alienação/transfêrência	4.247	(4.247)	-	-	-
Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzidos dos juros sobre o valor justo do ativo)	(3.808)	-	-	-	(3.808)
<b>Valor justo do ativo do plano no final do ano</b>	<b>41.199</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>41.199</b>
<b>C. Reconciliação do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso</b>					
Limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano anterior	740	83	-	-	823
Juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	66	-	-	-	66
Alteração do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso (deduzido dos juros do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso)	7.908	-	-	-	7.908
Efeito da mudança de taxa de câmbio	83	(83)	-	-	-
<b>Limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano</b>	<b>8.797</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.797</b>
<b>D. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa</b>					
Obrigação de benefício definido	32.402	-	162	753	33.317
Valor justo do ativo do plano	(41.199)	-	-	-	(41.199)
Situação financeira do plano	(8.797)	-	162	753	(7.882)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	8.797	-	-	-	8.797
<b>Passivo/(Ativo) líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>162</b>	<b>753</b>	<b>915</b>
<b>E. Componentes do custo/(receita) de benefício definido</b>					
Custo do serviço	850	-	-	-	850
Custo líquido dos juros	(643)	-	20	62	(561)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	207	-	20	62	289
Efeito da alteração de premissas financeiras	(8.737)	-	(27)	(160)	(8.924)
Efeito da experiência do plano	996	-	(83)	111	1.024
Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzidos dos juros sobre o valor justo do ativo)	3.808	-	-	-	3.808
Resultado do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano (deduzido dos juros sobre limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso)	7.908	-	-	-	7.908
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	3.975	-	(110)	(49)	3.816
<b>Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes</b>	<b>4.182</b>	<b>-</b>	<b>(90)</b>	<b>13</b>	<b>4.105</b>
<b>F. Reconciliação do valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido</b>					
Valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido no final do ano anterior	(4.095)	(3.598)	274	796	(6.623)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	207	-	20	62	289
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	3.975	-	(110)	(49)	3.816
Transferência líquida entrada/(saída) (incluindo o efeito de qualquer fusão/alienação)	(3.598)	3.598	-	-	-
Fluxo de caixa - contribuição paga pela empresa	3.511	-	(22)	(56)	3.433
<b>Valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido no final do ano</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>162</b>	<b>753</b>	<b>915</b>
<b>G. Segregação da obrigação de benefício definido</b>					
Ativos e auto patrocinados	8.111	-	-	-	8.111
Aposentados e pensionistas	24.291	-	162	753	25.206
<b>Total</b>	<b>32.402</b>	<b>-</b>	<b>162</b>	<b>753</b>	<b>33.317</b>
<b>H. Valor justo do ativo</b>					
Instrumentos de patrimônio (segregados por tipo de setor, porte da empresa, geografia, etc.)	1.914	-	-	-	1.914
Fundos de investimento (segregados por tipo de fundo)	28.463	-	-	-	28.463
Outros	2.025	-	-	-	2.025
<b>Total</b>	<b>32.402</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>32.402</b>

(\*) Esses ativos não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia por não haver evidência de reembolso ou abatimento de contribuições futuras.

As premissas e hipóteses adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial foram as seguintes:

	2014				2013			
	Plano de Previdência Alpaprev	Plano de Benefícios HSBC	Plano Informal Aposentadoria	Assistência Médica	Plano de Previdência Alpaprev	Plano de Benefícios HSBC	Plano Informal Aposentadoria	Plano Assistência Médica
<b>I. Principais premissas atuariais</b>								
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido:								
- Taxa nominal de desconto	11,46%	N/A	11,46%	N/A	11,56%	N/A	11,56%	11,56%
- Taxa nominal de crescimento salarial	8,15%	N/A	N/A	N/A	8,15%	N/A	N/A	N/A
- Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,00%	N/A	5,00%	N/A	5,00%	N/A	5,00%	5,00%
- Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,00%	N/A	5,00%	N/A	5,00%	N/A	5,00%	5,00%
Média ponderada de premissas para determinar o custo/(receita) do benefício definido:								
- Taxa nominal de desconto	11,56%	N/A	11,56%	N/A	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
- Taxa nominal de crescimento salarial	8,15%	N/A	N/A	N/A	7,74%	7,74%	N/A	N/A
- Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,00%	N/A	5,00%	N/A	4,60%	4,60%	4,60%	4,60%
- Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,00%	N/A	5,00%	N/A	4,60%	4,60%	4,60%	4,60%
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos:								
- Aposentadoria hoje	19,55	N/A	19,55	N/A	19,55	N/A	19,55	19,55
- (idade atual de 65 anos)								
- Aposentadoria daqui à 25 anos	19,55	N/A	19,55	N/A	19,55	N/A	19,55	19,55
- (idade atual 40 anos)								
<b>J. Hipóteses atuariais</b>								
Reajuste real de benefício do plano	0,00%	N/A	0,00%	N/A	0,00%	N/A	0,00%	N/A
Capacidade de salários e benefícios	0,98	N/A	0,98	N/A	0,98	N/A	0,98	N/A
Tábua de mortalidade	AT-2000 - suavizada em 10%	N/A	AT-2000	N/A	AT-2000	N/A	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada de invalidez	Mercer Disability	N/A	N/A	N/A	Mercer Disability	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	N/A	N/A	N/A	IAPB-57	N/A	N/A	N/A
Aposentadoria	Mercer Retirement	N/A	N/A	N/A	Mercer Retirement	N/A	N/A	N



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

**b) Gestão de risco financeiro**  
Fatores de risco financeiro  
As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.  
A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

**b.1) Risco de mercado**  
A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.  
**i) Risco cambial**  
Em virtude de contas a receber e das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de Proteção Cambial, que estabeleça níveis de exposição vinculados a esse risco.  
Consideram-se os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras oriundos das operações da Companhia, bem como fluxos de caixa futuros.  
**ii) Risco de taxa de juros**  
O risco de taxa de juros da Companhia decorre de parte das aplicações financeiras que são pós-fixadas e de seus empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos por indexadores pré e pós fixados, conforme contrato firmado com as instituições financeiras.

**b.2) Risco de crédito**  
As vendas são substancialmente para varejistas e atacadistas. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa", conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.  
A Companhia e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios.  
Consideram-se baixo o risco de não-liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

**b.3) Risco de liquidez**  
A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.  
A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. A tabela a seguir, no item d), analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

**c) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge ("hedge accounting")**  
A Companhia possui importações em dólares de produtos acabados e matérias primas, principalmente referentes à unidade de negócio de Artigos Esportivos. Além disso, a Companhia também compra parte de suas matérias-primas nacionais a um valor cujo preço sofre impacto indireto da variação da taxa cambial.  
Por outro lado, a Companhia possui também exportações de sandálias que em sua maioria, são vendidas em dólares.  
O volume de importações e pagamentos em moeda estrangeira é superior ao volume de exportações e recebimentos também em moeda estrangeira. Dessa forma, a Companhia possui uma exposição cambial cuja posição importadora é maior do que a posição exportadora, ou seja, possui um risco de perda se houver alta na taxa de câmbio.  
Com o objetivo de mitigar este risco e principalmente proteger o seu fluxo de caixa, foi aprovada em dezembro de 2012 pelo Conselho de Administração da Companhia a Política de Gestão de Risco Cambial. Esta política estabelece diretrizes para operações de proteção do fluxo de caixa através da utilização de instrumentos financeiros derivativos.  
As operações com derivativos visam proteger o fluxo de caixa futuro da Companhia através da redução da exposição cambial para um horizonte de doze meses futuros. A exposição cambial futura é baseada nas projeções de pagamentos e recebimentos em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2014, o volume total protegido (Notional) representava um montante de US\$56.795 (cinquenta e seis milhões, setecentos e noventa e cinco mil dólares) por meio de operações do tipo NDF ("Non-Deliverables Forward").

"Hedge" de fluxo de caixa  
A partir de 1º de setembro de 2013, foi aplicada a contabilidade de hedge ("hedge accounting") para todas as operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo NDF, conforme CPC 38 e IAS 39, tendo como objeto de hedge importações e compras futuras de estoques em moeda estrangeira altamente prováveis. A contabilização adotada pela Companhia foi o hedge de fluxo de caixa ("cashflow hedge"). Todos os derivativos são contabilizados no balanço da Companhia pelo seu valor justo marcado a mercado ("Mark-to-Market") e os resultados dos derivativos são reconhecidos no resultado da Companhia ou mantidos no patrimônio líquido até o seu vencimento de acordo com a efetividade de cada operação.  
As atividades de hedge são realizadas apenas na empresa Controladora, não envolvendo assim as demais empresas controladas pela Companhia.  
Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía uma posição de instrumentos derivativos do tipo NDF ("Non-Deliverable Forward") designados como "hedge" de compras futuras em dólar americano junto a fornecedores de produtos acabados e matérias primas com os quais a Alpargatas prevê ser altamente provável a realização de transações. As operações possuem diferentes vencimentos dentro de um horizonte de doze meses futuros. A liquidação deste tipo de instrumento se faz de acordo com a PTAX na data do vencimento. O saldo contábil registrado no balanço da Companhia em 31 de dezembro de 2014 segue no quadro abaixo.

	31/12/2014	31/12/2013
	Ativos	Passivos
	6.776	784
	Ativos	Passivos
	11.860	1.000

NDF - "Non Deliverable Forward" (Valor justo - MtM)  
Com a implementação do "hedge accounting" a partir de 1º de setembro de 2013, além dos saldos no ativo e no passivo da Companhia, serão registrados também no seu balanço os valores da marcação a mercado dos derivativos designados como instrumentos de "hedge", que serão mantidos no Patrimônio Líquido e transferidos para resultado do exercício nos períodos em que o item protegido por hedge afeta o resultado. O saldo contábil registrado no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2014 segue no quadro abaixo:

	31/12/2014	31/12/2013
	Outros resultados	Outros resultados
	abrangentes	abrangentes
	4.246	6.912
	(1.444)	(2.350)
	2.802	4.562
		(1.760)

Saldo bruto mantido no patrimônio líquido  
IR/CS diferidos ativos sobre operação de "hedge"  
Saldo líquido mantido no patrimônio líquido

As operações de "hedge" de fluxo de caixa de compras futuras esperadas no horizonte de doze meses futuros foram avaliadas como altamente eficientes em 31 de dezembro de 2014. O valor transferido durante o exercício do patrimônio líquido da reserva de outros resultados abrangentes para o saldo contábil dos itens objeto foi igual à R\$(22.214), visto que a operação foi designada para as compras a partir de outubro de 2013.  
Anteriormente a adoção do "hedge" de fluxo de caixa, até 31 de outubro de 2013, as variações oriundas da marcação a mercado do valor justo dos derivativos eram reconhecidas diretamente no resultado. Os impactos acumulados dos instrumentos derivativos no resultado do exercício totalizaram R\$ (17.883) sendo R\$4.331 em Receitas/Despesas financeiras (vide nota explicativa nº 30) e R\$(22.214) em Custos de Produtos Vendidos (vide nota explicativa nº 27).

As liquidações de instrumentos financeiros derivativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 totalizaram uma saída de caixa de R\$(6.104).

**d) Passivos financeiros**  
O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

	2014	2013
	Menos de um ano	Entre um e dois anos
	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
	Valor justo	Efeito do desconto
	Saldo contábil	
	14	14
	295.917	295.917
	396.898	396.898

Circulante:  
Obrigações por arrendamento financeiro  
Empréstimos e financiamentos  
Fornecedores  
Não circulante:  
Obrigações por arrendamento financeiro  
Empréstimos e financiamentos

	2014	2013
	Menos de um ano	Entre um e dois anos
	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
	Valor justo	Efeito do desconto
	Saldo contábil	
	17	17
	275.294	275.294
	384.055	384.055

Circulante:  
Obrigações por arrendamento financeiro  
Empréstimos e financiamentos  
Fornecedores  
Não circulante:  
Obrigações por arrendamento financeiro  
Empréstimos e financiamentos

**e) Gestão de capital**  
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.  
A posição financeira líquida consolidada corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos.

	2014	2013
	Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	485.622
	(-) Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	(514.003)
	Posição financeira líquida	(28.381)
	Patrimônio líquido	257.566
		2.100.904
		1.834.451

**f) Exposição cambial**

	2014	Controladora 2013	2014	Consolidado 2013
	Ativo:			
	Contas a receber de clientes	95.519	73.792	102.406
	Total do ativo	95.519	73.792	102.406
	Passivo:			
	Fornecedores	87.184	120.184	87.184
	"Royalties" a pagar	15.184	29.070	15.184
	Total do passivo	102.368	149.254	102.368
	Exposição líquida	(6.849)	(75.462)	38
	Instrumentos financeiros derivativos	5.992	10.860	5.992
	Total da exposição para fins de análise de sensibilidade	(857)	(64.602)	6.030

(i) Conforme descrito no item c).  
O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores e "royalties", denominados em moeda estrangeira.

**g) Valores de mercado**  
Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os valores de mercado das aplicações financeiras pós-fixadas aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. A Companhia efetua ajuste a valor de mercado para suas aplicações pré-fixadas registradas no balanço. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam diversos métodos e definem premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. O valor justo de instrumentos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas na data do balanço.

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme as práticas contábeis do IFRS 7/CPC 40, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Isenções para os ativos ou passivos que não são baseados nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.  
Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de "swaps" de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente	Membros Efetivos
Márcio Garcia de Souza	João José Oliveira de Araújo João Vinicius Prianti Sílvio Tini de Araújo
	Claudio Borin Guedes Palaia Fernando A.C. de Arruda Botelho

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Alpargatas S.A., no uso das suas atribuições legais, em reunião realizada em 06 de março de 2015, analisou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanços Patrimoniais, Demonstrações do Resultado, Demonstrações do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações do Valor Adicionado e Notas Explicativas, e Destinação do Lucro Líquido relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Também foram analisadas as propostas da Administração em relação à distribuição de dividendos e ao orçamento de capital proposto para 2015. Com base nas análises efetuadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, e considerando ainda, o relatório dos auditores independentes, sem ressalva, da Ernst & Young Auditores Independentes, datado de 06 de março de 2015, e seus esclarecimentos, os Srs. membros do Conselho Fiscal concluíram, por unanimidade, que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, bem como as propostas da Administração estão adequadamente apresentadas e recomendam pelo seu encaminhamento para deliberação, pelos acionistas, em Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 06 de março de 2015.

Adalgiso Fragozo de Faria	Carlos A. Reis de Athayde Fernandes	Carlos José Cantú	Jorge Michel Lepeltier	Marcelo de Andrade
---------------------------	-------------------------------------	-------------------	------------------------	--------------------

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da  
**Alpargatas S.A.**  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alpargatas S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**  
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos

**h) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros**

**Risco cambial**  
Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2014, cujos efeitos refletem somente os impactos sobre os ativos e passivos monetários, foram considerados os saldos de contas a receber de clientes e dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e por este motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas. Considerando as exposições cambiais descritas no item (e) anterior, em 31 de dezembro de 2014 a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

	cenário provável	cenário possível	Ganho/(Perda) cenário remoto
Contas a receber de clientes	1.638	25.602	51.203
Fornecedores	(1.395)	(21.796)	(43.592)
"Royalties" a pagar	(243)	(3.796)	(7.592)
Impacto total no resultado	-	10	1
Instrumentos financeiros derivativos	8.703	38.651	76.086
Impacto total no resultado com derivativos	8.703	38.661	76.105

O cenário provável considera uma desvalorização do real em 1,60% sobre o dólar norte-americano considerando uma taxa de câmbio de R\$2.656,2, baseada em referências de mercado. O cenário possível considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2014 de (R\$3.3203/US\$), e o cenário remoto uma desvalorização de 50% (R\$3,9843/US\$).

**Risco de taxa de juros**  
A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final de cada período de relatório. Para os ativos financeiros indexados a CDI, a análise é preparada assumindo que o valor líquido entre o ativo e o passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício.

	cenário provável	cenário possível	Ganho/(Perda) cenário remoto
Receita de aplicações financeiras	650	(10.442)	(20.885)
Despesas de juros sobre empréstimos	(62)	995	1.991
Impacto total no resultado	588	(9.447)	(18.894)

Considerando a taxa de juros (CDI) em 31 de dezembro de 2014 de 11,57% a.a., o cenário provável simula um aumento da taxa de juros em 18 pontos base sobre a taxa do CDI resultando na taxa em 31 de dezembro de 2014 de 8,68% a.a. e o cenário remoto uma redução da taxa de juros em 579 pontos base a 5,79% a.a.

	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	2014 Total
Média ponderada da quantidade de ações total	241.608.551	228.841.226	470.449.777
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	(7.765.384)	(7.765.384)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.075.842	462.684.393
% de ações em relação ao total	52,22%	47,78%	100,00%

**Denominador**  
Média ponderada da quantidade de ações total  
Quantidade de ações em tesouraria ponderada  
Média ponderada da quantidade de ações em circulação  
% de ações em relação ao total

	2014	2013
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	139.602	140.549
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.075.842
Lucro líquido do exercício por ação básico total	0,5778	0,6358

**Denominador - Diluído**  
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações  
Média ponderada da quantidade de ações em circulação  
Quantidade de ações dos programas de opção de compra de ações ponderada  
Média ponderada da quantidade de ações em circulação  
% de ações em relação ao total  
Lucro líquido do exercício por ação diluído total

	2014	2013
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	138.278	141.873
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.075.842
Quantidade de ações dos programas de opção de compra de ações ponderada	-	4.033.037
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	225.108.879
% de ações em relação ao total	51,77%	48,23%
Lucro líquido do exercício por ação diluído total	0,5723	0,6302

**Denominador**  
Média ponderada da quantidade de ações total  
Quantidade de ações em tesouraria ponderada  
Média ponderada da quantidade de ações em circulação  
% de ações em relação ao total

	2014	2013
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	154.482	155.529
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.075.842
Lucro líquido do exercício por ação básico total	0,6394	0,7035

**Denominador - Diluído**  
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações  
Média ponderada da quantidade de ações em circulação  
Quantidade de ações dos programas de opção de compra de ações ponderada  
Média ponderada da quantidade de ações em circulação  
% de ações em relação ao total  
Lucro líquido do exercício por ação diluído total

	2014	2013
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	153.017	156.994
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.075.842
Quantidade de ações dos programas de opção de compra de ações ponderada	-	4.033.037
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	225.108.879
% de ações em relação ao total	51,77%	48,23%
Lucro líquido do exercício por ação diluído total	0,6333	0,6974

(a) As ações preferenciais possuem direito a dividendo 10% maior em relação às ações ordinárias. Em virtude da bonificação de ações, divulgada na nota explicativa nº 24.a), o número de ações ordinárias e preferenciais em 31 de dezembro de 2013 foram ajustadas de forma a refletir a atual quantidade de ações, conforme requerido pelo parágrafo 64 do Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por ação.

	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	2013 Total
Média ponderada da quantidade de ações total	241.608.551	228.841.226	470.449.777
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	(7.765.384)	(7.765.384)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.075.842	462.684.393
% de ações em relação ao total	52,22%	47,78%	100,00%

**Denominador - Básico**  
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações  
Média ponderada da quantidade de ações em circulação  
Lucro líquido do exercício por ação básico total

	2014	2013
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	154.482	155.529
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	241.608.551	221.075.842
Lucro líquido do exercício por ação básico total	0,6394	0,7035

**Denominador - Diluído**  
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações  
Média ponderada da quantidade de ações em circulação  
Quantidade de ações dos programas de opção de compra de ações ponderada  
Média ponderada da quantidade de ações em circulação  
% de ações em relação ao total  
Lucro líquido do exercício por ação diluído total

	2014	2013
--	------	------